

O índice de analfa caiu de 23,8%, er para 17,2%, em

Analfabeto funcional chefia 34.7% das famílias do país

veis pelos domicílios aum mas uma em cada três famílias brasileiras ainda é comandada por um analfabeto funcional: 34,7% dos responsáveis pelos domicílios não conseguem interpre-tar uma conta de IPTU ou ajudar os filhos nas tarefas escolares. É considerado analfabeto funcional quem estudou menos de quatro anos. Essa pessoa pode até ter aprendido a escrever o nome, mas não consegue redigir um bilhete ou interpretar um texto. Em 1991, 43,5% dos responsáveis pelos do-mícilios tinham no máximo três

analfabetismo problema que inção do emprego e tanto, na condi-ção de bem-estar da família. Do responsáveis por domicílios, 16,2%

De 1991 para 2000, a taxa de analfabetismo entre os responsáveis pelos domicílios teve redução (de 23,8% para 17,2%), mas ainda

Em todo o país, a escolaridade do responsável pela família me-lhorou. A média de anos de estudo subiu de 4,8 em 1991 para 5,1 em 2000 —ou seja, o responsável pela família não concluiu, na média, nem mesmo o ensino funda mental. Entre as unidades da fe deração, o Distrito Federal tem a maior escolaridade do responsá

tudo. Os piore RESPONSAVELA LO CHIOCIANO POLIS

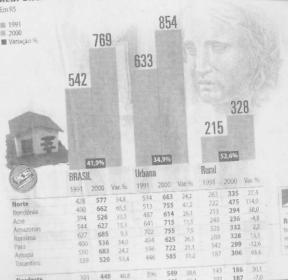
de, porém, que a desigualdade é a marca da distribuição de renda no Brasil. Metade dos responsá-veis pelos domicílios —22,3 mi-lhões de pessoas— ganha menos de R\$ 350 (rendimento mediano).

O aumento no rendimento do responsavel reflete a economia do país, Em 1991, o Brasil estava em crise depois do Piano Collor. O rendimento subiu em 1993 e 1994 com o Plano Real, e voltou a cair nos últimos dois anos", diz deli Guerra, consultora do IBGE Enquanto Stendimento mediano mostra o valor do meio (metade da população ganha mais, metade ganha menos), o rendimento mé dio, calculado por média aritméti ca simples, é influenciado pelos

responsáveis pelas famílias caiu 0,609, pelo índice de Gini (indicador internacional que varia de ze ro a l — quanto mais alto o índice maior a concentração de renda)

em como responsavel alguém na

RENDIMENTO MENSAL DOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO



HUMBERTO TREZZI

É cedo para soltar foguetes, mas a vid sileiro melhorou bastante na ti

É o que mostra o novo retrato estatístico de Brasil, apresentado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A renda média mensal dos chefes de família cresceu 41,9%, passando de R\$ 542 no ano de 1991 (em valores corrigidos) para R\$ 769 no ano 2000.

Em contrapartida, é necessário ressaltar que o fosso entre os mais pobres e os mais ricos continua aumentando. Os números fazem parte do Censo 2000, divulgado

Segundo dados do IBGE, a re gião que experimentou o maior aumento de renda é a Sul, com 50,2% de melhora nos vencimentos dos chefes de família. Apesar dis-so, o Río Grande do Sul está entre os Estados que menos crescerarii: alcança um acanhado 14% lugar na elevação de renda na década. O campeão foi Rondônia, com 65%. O último lugar ficou com Roratma, com 9%.

Mesmo tendo estagnado, o território gaúcho ainda o terceiro em renda, se analisado o ano 2000 de forma isolada. No Rio Grande do Sul, 29,3% dos chefes de família (890 mil pessoas) ganham entre dois e cinco salários mínimos mensais - cinco pontos acima do percentual médio brasileiro pa-ra essa faixa salarial. O campeão é Santa Catarina, onde 34,2% dos chefes de família estão situados

O fato de a renda ter crescido não significa que ela está melhor distribuída. Mais de 70% dos che-fes de familia recebem entre meio e cinco salários mínimos. Os que recebem mais de 20 salários mí-

nimos alcançam meros 3,5%.

— A pobreza foi reduzida, mas não a desigualda-- sintetiza o administrador José Renato Brag Almeida, chefe da divisão de pesquisa do IBGI no Rio Grande do Sul

Saneamento melhora no país

O censo é resultado de quatro meses de enquetes feitas por 200 mil pesquisadores do IBGE entre agosto e novembro do ano passado. Entre outras in formações, o levantamento confirmou que o brasiromações, o l'exandamento common que o orasi-leiro tem atração pelas luzes da cidade: dos 169,7 milhões de habitantes, 137 milhões (81%) viven em centros urbanos. A pesquisa atesta ainda o gradual avanço do país em termos de saneamento: 77,8% da população é abastecida por redes de água, indice que sobe para 80% na Região Sul. Com relação a esgo to, o total da população brasileira atingido por redes pulou de 36% para 47% em uma década.

Os grandes beneficiados com a pesquisa são os nunicípios. É possível a qualquer prefeito saber dados sobre renda, população e saneamento da sur cidade, acessando o site ibge gov.br e depois reali-zando busca por assuntos ou municípios.

O conteúdo do censo está impresso em livro que contém 1.052 tabelas, vendido a R\$ 60 pelo IBGE. A obra vem acompanhada de um CD-ROM com as încipais estatísticas do país, mesmo material vei culado pela Internet

OS PRINCIPAIS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE CADA ESTADO **ESPÍRITO SANTO** RIO DE JANI Taxa de alfa Anos de est Chefes com Rede de esp A DISTRI

A RENDA MÉDIA DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO É R\$ 769.

AUMENTO DE 41,9% EM RELAÇÃO AOS RS 542 DE RENDA MÉDIA

HOUVEUM

Percentual de abastecimento de água em lares fluminenses não se

Desigualdade de renda no estado terceiro lugarlesde 91 e está abaixo e em rede de água

"Moramos num lugar pobre (Paiol de Olinda), mas não tenho que conviver com valas negras nem montes de lixo nas ruas"

Regina dos Santos Andrade, moradora de Nilópolis

 A família de Regina serve de exemplo para explicar por que Nilópolis alcançou posição de destaque no Censo 2000. Entre os 91 municípios do Rio, essa cidade da Baixada Fluminense, com 180 mil habitantes, ocupou o primeiro lugar no ranking de percentual de domicílios atendidos por coleta de lixo - 99% das residências de Nilópolis têm coleta regular - e com rede de esgoto (96.7%).

O município nota 10 no samba — a Bella Flor de Nilónolis é o orgulho da

quesitos, respectivamente, o tero e quarto lugares. Em residên atendidas por rede de água. Noto ficou em terceiro lugar, com 95.2

O bom resultado, garante o gulhoso prefeito Farid Abrãao. surpreende. Embora os dados se referentes ao período entre 199 2000, Farid, que está há apenas meses no cargo, diz ter uma pan de responsabilidade no bom des nenho de sua cidade no Censo

Um milhão de domicílios do Rio. ganhou acesso a saneamento Estado superou média nacional, com 84% das casas com rede sanitária

Cássia Almeida e Laura Antunes

o longo da última década (entre 1991 e 2000), um milhão de domicílios situados no Estado do Rio de Janeiro recebeu re-de de esgoto (ou possuem fossa sépisca). Isso demonstra, pelos dados do censo, que o Rio evolulu mais do que a média nacional no item "esgotaento santário esse mesmo per-ciso enquanto no país 62,2% dos sontélios contavam em 2000 com rede santária, no Estado do Rio o cerentual subiu para 84,1% das re-

Com 3.437.871 domicílios com rede de esgoto (em 1991 eram 2.359.383), o Estado do Rio ocupa hoje o terceiro do do Rio ocupa noje o terceiro ar no ranking nacional, atrás apeso do Distrito Federal (89,7%) e de Paulo (88,2%). A pior posição no nacing ficou com Mato Grosso do do onde apenas 18,4% dos domicilios contam com rede de sanea-

São Paulo conquistou a melhor performance entre os estados que apresentam os menores percentuais de domicílios sem instalação sani-tiria. São apenas 0,4% em São Paulo, To no Distrito Federal. O Rio vem na terceira posição, com 0,9%. Com 42,9% de domicílios não atendidos pela rede, o Plauí apresenta o pior resultado, vindo em seguida o Ma-

Água em 83,2% das casas no Rio

 Segundo o levantamento do IBGE, somente 0,9% das residências no Rio não conta com rede de esgoto. Mas os resultados do Censo também apreresultados do Censo também apre-sentaram surpresas; entre os 91 mu-licípios do Rio, Nilópolis apresentou o melhor desempenho, com 96,7 % dos domicilios com esgotamento sa-nitário. À cidade do Rio coube a quarta posição no ranking (93,6%).

O censo comprova ainda que, em-bora o abastecimento de água tenha ficado estagnado ao longo da década no estado, o Rio voltou a ficar acima

rão se alterou na década

baixo da média do país

Em residências

gurante o or-

to entre 1991 e

ā hā apenas 12

ter uma parcela

no bom desem-

Atrãao, não

ar, con 95,2%

da média nacional também no item. com 83,2% dos domicílios conectados com 83,2% dos domicinos conectados à rede de água, enquanto no país são 77,8% de domicilios. São Paulo lídera o ranking nacional. O estado apre-senta 93,5% das residências com rede de água, seguido pelo Distrito Federal (88,7%) e Paraná (83,6%). O Rio ocupa a quarta colocação. A pior posição ficou com Rondônia (30,7%).

No item abastecimento de água nos No item abastecimento de água nos municípios do Rio, o censo revela que a capital apresenta o melhor desempenho. Na cidade do Rio, 97,8% dos domicílios são abastecidos. Volta Redonda encosta no Rio, com 97,7%. Os lanterninhas do ranking são Rio das Ostras, onde 3,9% das residências são ligadas à vede: Maricá (com 21,5%).

Ostras, onde d. 3.7. das resucencias sav ligadas à rede; Maricá (con 21,5%). Além de esgotamento sanitário e abastecimento de água, o Censo do IBCE avaliou o desempenho em relação ao serviço de coleta de lixo. O Rio fica acima da média nacional, com 92,8% de domicílios atendidos em 2000 — no país são 79,1%.

Rendimento real no Rio subiu 46,7%

 Também no indicador rendimento médio real, o ganho de renda do trabalhador fluminense ficou acima da média nacional. Enquanto no Brasil a renda real subiu 41,9% na década no Estado do Rio, esse percentual foi de 46,7%. Lara Kwebler, programade 46,7%. Lara sexemplos dessa dora visual, é um dos exemplos dessa evolução na renda. No início da dé-cada, como gerente de uma loja, ga-cada, como gerente de uma loja, ganhava em torno de cinco salários mínimos. Hoje, sôcia de firma de editoração eletrônica com o marido, passou a ganhar cerca de R\$ 3 mil, o que

População com 11.974.872 PROPORÇÃO DE CHEFES DE FAMILIA POR FAIXA Estado R\$ 861 R\$ 970 +48,7% DE RENDIMENTO Rural R\$ 224 R\$ 365 +76.3% 99.6% Escolaridad SERVICOS BÁSICOS (% de domicilios

O PERFIL DO ESTADO DO RIO População entre 15 e 24 anos pressionou o 14.391.282 mercado de trabalho Flávia Barbosa

General de de la composición del la composición del la composición de la composición de la composición de la composición del la composición de la composición de la composición del la

passou de 50,26 mill anos e 9,5 A juves cionada a

Cresce o de laquea

veira Araújo, co grama de Pianej. Prefeitura de Sac crescimento da s está diminuindo terilização indis-lheres. Citando d da Saúde, ela di-sileiras casadas fi

informando a por vários métodos an



3.862.187 75.3%

Retrato

O Espírito Santo é o se abastecimento d'água regular em 77,6% dos disponha de 22 mil de

otal geral de habi

Nilópolis tira quase 10 em três quesitos

Município fica com o primeiro lugar em rede de esgoto e coleta de lixo

não tenha rede de esgoto, e minha meta é zerar esse percentual até o ma irmã. Hoje, aos 35 anos e cinco ano que vem. Também conseguimos lhos pequenos, Regina conseguiu verba federal de R\$ 3,5 milhões para omprar uma casa num dos becos do ampliarmos o reservatório de água airro Paiol de Olinda, um dos mais do município. Com isso, não restara a labra do município. Maemo assim o um domicílio sem rede de água.

Terágua, rede de esgoto e coleta de nóvel conta com rede de água, salixo regular em casa traz encargos eamento básico e coleta de lixo. para Regina e o marido. A família precisa pagar conta de água (menos e R\$ 10) e imposto predial mas ela

á 15 anos, ... empregada doméstica Regina dos Santos Andrade deixou o Piauí para morar em Nilópolis, onde já vivia pobres do município. Mesmo assim, o

\$ 544 661 5% 2% 1% 1%	MARANHAO Separation Separati	55,2% 55,3% 53% 53% 24,5%
7	MATO GROSSO Protection Protection 1.297,187 Minheres 1.297,187 Minheres 1.297,187 Minheres 1.297,187 Minheres 1.297,187 Minheres 1.297,188 Minheres Minh	18.3% 2.8% 63.7% 29.2% 71.7%
14% 17% 18% 18% 18%	MATO GROSSO DO SUL Proteis de Pro	2.1% 2.8% 71.3% 11.4%
	THE ALFABETIZAÇÃO	

NOS ESTADOS

Quase 9 Alagoas



Ananaveusmo no Brasil é grande somente uma em cada quatro moradias na população adulta Dito milhões de analfabetos xão chefes de familias

IBGE: Brasil melhora MAS DESIGUALDADE AINDA EXISTE

combater a concentração de renda que a pobreza. O país melhorou, mas ainda tem um longo caminho pela frente', afirmos.

elhora

A EXISTE

O Censo 2000 mostra que o indice de analfabetismo e o aumento da taxa de escerimento demográfico. a fluedicada de população, a queda de analfabetismo e o aumento da taxa de escerimento demográfico. a fluedicada de população, a queda de nimina, o enve-constitue de analfabetismo e o aumento da taxa de escerimina o enve-cinamento sanitário nos dominantes de forma a modo. For exemplo, a taxa de analfabetismo recipiramento sanitário nos dominantes de forma de for

O Bra Nem

TAXA POPU

Primeiros

avanços EO BRA

Bra

2000, conforme o do IBGE. Ou-

Roraima tem a major renda na região Norte

to no número de adas à rede geral fossas sépticas, que era de 52,4% sou para 62,2%

dos à rede geral ssas sépticas.

Sudeste tem as melhores condições de saneamento O Brasil está ficando mais velho, segundo o Censo 2000. A idade me-diana da população aumentou dois anos

Violência transforma homens em minoria

IBGE traça retrato estatístico do país e mostra que o Sul é campeão em cresciment

RURAL - O

Renda do brasileiro aumentrevelou que na apesar da mai cílios sere (72,7%), há 1 significativo de (23,9%). Entre particulare pe

O Brasil entrou no novo milênio com significativas melhoras nos indicadores sociais. De 1991 a 2000, a taxa de analfabetismo caiu de 19,7% para 12,8%, mas o país ainda tem 17,6 milhões de analfabetos. De acordo com os dados do Censo, divulgados ontem pelo IBGE, a renda média dos chefes de família aumentou 41,9% no período. Os números mostram que as desigualdades persistem e são o desafio das próximas

EM TRÊS REGIÕES, MENOS DA METADE

DAS RESIDÊNCIAS TEM ACESSO À REDE

DE ESGOTO: 515

SANEAMENTO RUIM

za, no Rio Grand do Sul, con 15,60% e 15,21%



tamar de 24,2 anos.

Isso significa que metade da
população brasileira, de
169.799.170, tem até 24 anos.
Em 1991. metade da população
tinha até 21,7 anos.

O Estado do Rio de Janeiro é
que possuita metade da neiro é

O IBGE divulgou ontem os primeiros números definitivos do Censo 2000. O Brasil tem 169.799.170 habitantes, o que representa uma taxa de crescimento de 1,64% ao ano, na década de 90. A população urbana representa 81,2% do total. São Paulo, o Estado mais populoso, com 37 milhões de moradores, tem mais do que o dobro do segundo maior, Minas Gerais, com 17,8 milhões. A pesquisa mostra que há 2,6 milhões de mulheres a mais que homens no País, o que significa que para cada grupo de 100 mulheres há 97 homens.



Mais idosos, porém ainda ım país jovem

Pesquisa do IBGE revela que o Brasil está melhor, mas a desigualdade social ainda existe. Nesta

po Fo é a taxa de çã alfabetização do distrito de Moema, a maior de São Paulo en

far

rai

en



10,4% foi a variação da taxa de alfabetização em Marsilac

Qualidade de vida é destaque

O Espírito Santo apresentou indicativos de qualidade de vida de destaque, comparados a outros estados do país. Cerca de 80% dos domicílios capixabas são atendidos por rede de água, o sexto lugar do país, colocando o Estado à frente do Rio Grande do Sul e da Bahia, O Espírito Santo apresentou, ainda, melhora na coleta de lixo, um aumento de 22%, em relação à última década, ficando em 10º lugar no ranking nacional. A Capital teve destaque na área educacional. Vitória foi a quarta cidade em que os responsáveis pelos domicílios tiveram os maiores índices de escolaridade, com 10 ou mais anos de estudo, perdendo apenas para Niterói, Florianópolis e



) A ESTADO



A DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DO ANALFABETISMO NO PAÍS

Anos de estudo do chefe da família

Chefes com renda de até um satário-minimo

Chefes com renda superior a 20 mínimos

Renda média

Índice de Gini

Rede de espato

Coleta de lixo

Abastecimento de água

dições de esgoto e

Mulher é maioria na f

o Estado

to Estado do país em mantém coleta de lixo eus domicílios, embora s sem banheiro.

3.097.232 intes

O Estado tem 19.26 idosos para cada criancas



% das crianças de 10 a 14 anos já foram alfabetizadas em todo o país o estado brasileiro com o maior percentual de população analfabeta: 31%

Privilegiado de Brasília aperta cinto

chefes de família ganham acima de 20 mínimos



capital, Giordano Oliveira mora no Lago Norte, a terceira área residen-cial mais valorizada da capital. Mas se o salário deu-lhe o privilégio de

viver bem, o desemprego — Brasilia apresenta uma das mais altas taxas

do país – procupa o pela segurança da familia. Como engenheiro, residente há quase 30 anos na cidade, ele acompanhou o boom da construção civil que trouxe para o Planalto Cen-

tral milhares de trabalhadores. Ter-

No Maranhão, salário médio nem mínimo é

Renda média sobe mas 55,3% das famílias vivem com menos de um salário



engrossam um enorme anei que cir-cula o Plano Piloto, onde residem as classes média e alta da capital. — É muito preocupante comprovar que o Brasil é um país que não oferece oportunidades de trabalho para quem não tem qualificação. No país de hoje, só quem estuda ten chance de trabalho — lamenta.

ele, milhares de trabalhadores e suas famílias ficaram sem emprego e hoje

O retrato que virou manchete



Caros leitores, os primeiros resultados definitivos já estão prontos e à disposição da sociedade. Prontos para compor o mais atualizado retrato do país, com informações estatísticas sobre quem somos e como vivemos.

No dia 19 de dezembro de 2001, foram divulgados os Resultados do Universo do Censo 2000, num evento simultâneo em todas as capitais brasileiras, gerando ampla divulgação da imprensa que registrou em detalhe o resultado desta considerada a mais completa operação censitária já realizada no país.

Os mais recentes resultados do Censo 2000 e o trabalho do IBGE foram destaque nos principais jornais de circulação nacional, na mídia televisiva, no rádio, nos sites de veículos de comunicação na internet e também através da imprensa local. De norte a sul do país, a sociedade teve conhecimento dos principais resultados divulgados e, principalmente, da importância que esses dados têm para o Brasil.

A cobertura do lançamento da publicação está na "Matéria de capa", com fotos e dados apresentados pelos técnicos à imprensa, além de outras tantas informações.

Esta edição da revista **Vou te** contar traz ainda informações sobre o Censo Comum no Mercosul, um projeto que reúne seis países em busca de partilhar definições, conceitos e experiências para obter dados que possam ser comparados entre eles.

Já o caminho percorrido pelos dados capturados no Censo 2000, bem como o processo de controle de qualidade ao qual foram submetidos podem ser conferidos na "Reportagem".

Em "Censo em foco", você vai conhecer o trabalho do Comitê do Censo Demográfico 2000, enquanto na seção "Nos Estados", representantes de Unidades Regionais fazem a avaliação final dos aspectos que envolveram a operação de coleta.

A cobertura da 11ª reunião da Comissão Consultiva do Censo 2000 é o destaque de "Gente contando gente". Leia também sobre a publicação Tabulação Avançada da Amostra, o próximo produto do Censo 2000 a ser lançado, na seção "Atualidades". E não deixe de conferir o "Ponto-devista" que apresenta um artigo sobre as estimativas populacionais e o Censo 2000.

Os resultados definitivos foram divulgados, mas o trabalho continua, acompanhado de perto pela **Vou te contar**, sempre atenta para registrar de tudo um pouco sobre o Censo 2000. E, como não poderia deixar de ser, desejo a todos uma ótima leitura!

Sérgio Besserman Vianna
Presidente do IBGE

sumário

- **3** Editorial mensagem do presidente do IBGE, Sérgio Besserman Vianna
- **5** Conta-gotas curiosidades sobre o Censo no mundo
- Matéria de capa a grande repercussão dos Resultados do Universo do Censo 2000
- **10** Espaço aberto Censo Comum no Mercosul: integrando os países e suas estatísticas
- 14 Gente contando gente o Comitê Consultivo do Censo 2000 aproxima o IBGE da sociedade
- **20** Nos estados avaliação final das etapas do Censo 2000 é destaque no Encontro com as Unidades Regionais
- **24 Reportagem** o controle de qualidade dos dados do Censo 2000 e as outras etapas pós-captura
- **30** Atualidades Tabulação Avançada da Amostra: os próximos resultados do Censo 2000
- **33** Registro três eventos importantes que têm aspectos do Censo 2000 como tema
- **35** Censo em foco conheça o trabalho do Comitê do Censo Demográfico 2000
- **38** Ponto de vista a importância das estimativas populacionais é o tema do artigo desta edição

expediente

Vou te contar - Revista do Censo 2000 - Publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Gerência de Promoção e Publicidade - GEPOM

Rua General Canabarro, 706/4º andar - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - 20271-201

Tel.: (21) 2514-0123 r. 4789/3547 Fax.: (21) 2514-0123 r. 3549

www.ibge.gov.br

e-mail: voutecontar@ibge.gov.br

Gerente de Promoção e Publicidade: Lúcia Regina Dias Guimarães Coordenadora do projeto e editora: Rose Barros (Mtb. RJ 20.342) Redação: Agláia Tavares, Elizabeth Amsler, Rose Barros e Valéria Vianna

Projeto Gráfico: Jorge Luís P. Rodrigues e Helga Szpiz

Capa: Ubiratã O. dos Santos Diagramação: Helga Szpiz Tiragem: 6 000 exemplares

Permitida a reprodução das matérias e das ilustrações desta edição, desde que citada a fonte.

conta-gotas

Ninguém fica de fora

A coleta do Censo de População 2001 na África do Sul terminou em outubro. Entretanto, uma segunda contagem foi feita em novembro para garantir que ninguém havia sido esquecido. Durante todo o mês, moradores de cerca de 600 setores censitários (com aproximadamente 200 domicílios cada, totalizando 80.000 habitantes) receberam a visita de um grupo de recenseadores. Eles deveriam verificar quem foi ou não contado. Esta etapa chama-se "pesquisa de pós-enumeração" e tem por objetivo avaliar a qualidade do Censo, bem como



a extensão do grau de subenumeração (domicílios e/ou pessoas que deixam de ser contados).

O Censo sul-africano de 2001 foi o segundo realizado desde as primeiras eleições democráticas ocorridas no país em 1994.

Censo online



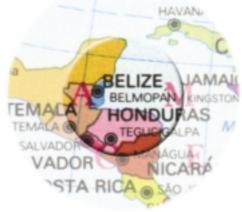
Os noruegueses puderam responder ao Censo 2001 pela Internet. O formulário, escrito somente na língua norueguesa, contém 29 perguntas e está disponível no site do bureau norueguês de estatística (www.ssb.no). O uso da rede para responder ao questionário é opcional já que o formulário também foi enviado pelo correio a todos os domicílios cujos endereços constam no Registro Nacional de População do país.

Para os habitantes que não têm o norueguês como língua mãe, o bureau elaborou um guia de preenchimento do questionário traduzido para os idiomas inglês, espanhol, árabe, urdu, turco, somali, albanês, farsi (falado no Irã) e servo-croata. O guia pode ser acessado via Internet.

Contando e cantando

A coleta do Censo 2000 de População e Domicílios de Belize durou seis semanas. Foram contados 240.204 habitantes, 50.812 a mais que o último censo, realizado em 1991. O site do *bureau* de estatística do país (www.cso.gov.bz) também fornece outros resultados, além de uma canção feita especialmente para a pesquisa. "Every woman, every man, every child counts" (Toda mulher, todo homem, toda criança conta) é o nome do slogan

Ilustração: Martha Werneck



do Censo e título da música que pode ser "baixada" direto do site.

Belize está localizado entre a Guatemala e o México, sendo um dos menores países da América Central e o único da região colonizado pelos ingleses. Banhado pelo mar do Caribe, tem 22.965 Km² de extensão e a capital chama-se Belmopan. O idioma oficial é o inglês e suas principais cidades são Belize City, Belmopan, San Ignacio e Orange Walk.

Mais de 1 bilhão

A Índia é um país de grande extensão territorial e possui a segunda maior população do planeta, por isso, a operação censitária de lá é considerada gigantesca. Afinal, foram mais de 2 milhões de recenseadores visitando um total de 20 milhões de domicílios, espalhados em 3.287.782 Km².

O Censo 2001 encontrou um total de 1.027.015.247 indianos, passando o país a ser o segundo do mundo, atrás apenas da China, a ultrapassar a marca de 1 bilhão de habitantes. Deste total, 531.277.078 são homens e 495.738.169 são mulheres.

Outros resultados do Censo 2001 da Índia podem ser acessados na página do órgão oficial de estatística do país na internet (www.censusindia.net).



Extra! Extra! Censo 2000 na imprensa

Milhares de centímetros quadrados de área de jornal contendo fatos, fotos, gráficos e tabelas registrando os primeiros resultados definitivos do Censo 2000. Minutos preciosos na mídia televisiva, levando para todo o Brasil os dados mais recentes sobre a população do país. Isso sem falar no rádio, em rede nacional e também a programação local, e ainda a internet.

O Censo 2000 continua sendo notícia na imprensa de todo o país e a importância dos resultados definitivos divulgados no dia 19 de dezembro de 2001 coloca mais uma vez o IBGE em evidência e ressalta a qualidade do trabalho do instituto para toda a sociedade, levando essa

mensagem através dos mais variados canais de comunicação.

Direto da unidade do IBGE no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro, o presidente do Instituto, Sérgio Besserman Vianna iniciou o evento dando parabéns a quem participou do maior recenseamento realizado no país, à imprensa pela cobertura ao longo do ano 2000 e ao povo brasileiro que abriu as portas ao recenseador.

Nas Divisões Estaduais de Pesquisa do IBGE localizadas nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, foi montada uma rede nacional de recepção para que o lançamento pudesse ser assistido, via satélite, pela imprensa local e outros convidados. Dos 27 pontos

de recepção, 15 obtiveram êxito na transmissão e puderam assistir em tempo real à divulgação dos Resultados do Universo. As outras 12 unidades, embora sem ter conseguido captar o sinal, realizaram suas coletivas para a imprensa local e cumpriram seu papel na disseminação dos mais recentes dados do Censo 2000. A iniciativa de transmitir um evento desse porte em rede nacional foi inovadora e será aperfeiçoada para possíveis eventos futuros e, deste modo, aproximar o IBGE cada vez mais de seu público.

Ao lado da diretora de Pesquisas do IBGE, Martha Mayer, o presidente Sérgio Besserman ressaltou a importância do contato

Ao lado da diretora de Pesquisas do IBGE, Martha Mayer, o presidente Sérgio Besserman abriu o lançamento dos Resultados do Universo do Censo 2000



entre o povo – que tem se mostrado cada vez mais interessado em tudo o que se refere à realidade brasileira – e o instituto, o qual se dá através da imprensa. E acrescentou que a cobertura da mídia sobre IBGE tem sido magnífica e extraordinária. "Vocês têm nos ajudado extraordinariamente na nossa tarefa de transmitir à população brasileira as estatísticas do país".

No Brasil, para cada 100 crianças há 20 idosos

O mais novo retrato da sociedade brasileira em papel e CD-Rom

A divulgação dos resultados definitivos foi marcada também pelo lançamento da publicação Resultados do Universo do Censo 2000.

A diretora Martha Mayer, antes de introduzir os técnicos que iam apresentar alguns dos resultados definitivos para os jornalistas, informou que a publicação é a terceira de uma série iniciada com os Resultados Preliminares, divulgado em dezembro de 2000 e Sinopse Preliminar, lançada em maio de 2001. E esclareceu que se refere ao universo porque trata dos resultados referentes às perguntas feitas a toda população residente no país na data de referência do Censo, contidas nos questionários básicos que também aparecem nos da amostra.

Iniciando a apresentação dos resultados propriamente ditos, a coordenadora do Comitê do Censo Demográfico 2000, Alicia Bercovich, iniciou sua exposição falando sobre o total de população revelado na pesquisa que é de 169.799.170,



dez vezes mais que o número de habitantes que aqui viviam no início do século XX.

Ela apresentou resultados de população e idade em 18 gráficos. Foram mostrados dados sobre a diminuição da proporção de crianças menores de 14 anos – de 34,73% em 1991 para 29,6% em 2000 - em decorrência da diminuição das taxas de fecundidade do país, atualmente em torno de 2,2 filhos por mulher. E sobre o aumento da proporção de pessoas idosas com mais de 65 anos – que subiu de 4,83% em 1991 para 5,85% em 2000.

Existem hoje, no Brasil, quase 20 pessoas de 65 anos ou mais para cada 100 crianças até 15 anos de idade, resultado que reflete a influência da taxa de fecundidade combinada com o aumento da esperança de vida da população.

Alicia acrescentou que a idade que separa os 50% mais jovens dos 50% mais velhos, chamada idade mediana, aumentou dois anos e meio em nove anos. Em 2000, chegou a 24 anos, sendo 23,5 para homens e 24,9 para mulheres. "A população

está envelhecendo mas não é considerada uma população velha. Por exemplo, nos países europeus, metade da população tem até 39 anos de idade. Já nos países da África, metade chega aos 18 anos".

A consultora do Departamento de População e Indicadores Sociais (DEPIS) da Diretoria de Pesquisas, Maria Dolores Kappel, apresentou 11 gráficos sobre a situação da educação no país que revelaram o aumento do número de alfabetizados. Em 1991, 80,3% das pessoas de 10 anos ou mais eram alfabetizadas, passando para 87,2% em 2000. Isto significa que quase 120 milhões de brasileiros sabem ler e escrever um bilhete simples, conforme foi declarado nos questionários do Censo.

Entre homens e mulheres, o crescimento foi similar: 87,5 % das mulheres são alfabetizadas contra 86,8% dos homens. Observandose as regiões brasileiras, Sul tem a maior proporção de pessoas, com 10 anos de idade ou mais, alfabetizadas (93%) contra o Nordeste que obteve o pior desempenho (75,4%).

Maria Dolores explicou que o aumento da taxa de alfabetização provoca a redução do número de pessoas analfabetas. No Brasil como um todo, a taxa de analfabetismo declinou de 23,8% para 17,2%.

O chefe do DEPIS, Luiz Antonio Pinto de Oliveira, baseou sua apresentação nas características da pessoa responsável pelo domicílio e na estrutura domiciliar.

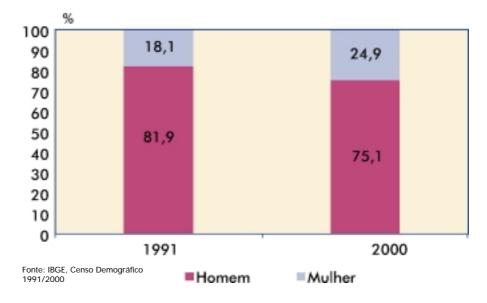
Através de 14 gráficos, Luiz Antonio mostrou o aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres. "Enquanto em 1991, apenas 18% dos domicílios tinham como responsáveis as mulheres, em 2000 a proporção de pessoas responsáveis do sexo feminino pulou para 25%, ou seja, um quarto dos domicílios brasileiros".

Segundo ele, tal mudança expressa, de modo positivo, o aumento da autonomia feminina e incorporação da mulher ao mercado de trabalho. Em contrapartida, também reflete a ausência da figura masculina nas famílias com a predominância da mulher como chefe do domicílio. "A mulher passou a assumir as responsabilidades na ausência do cônjuge". Essa tendência de crescimento é verificada em todo o país, sendo que no Sudeste (25,6%) e Nordeste (25,9%) as proporções são maiores.

O Censo revelou também que do universo de 11,2 milhões de mulheres que chefiam os domicílios, 3,4 milhões têm mais de 60 anos de idade. "Está aumentando no Brasil, no universo das mulheres de 60 anos de idade ou mais, a proporção daquelas que são responsáveis pelos domicílios. Foi um crescimento pequeno, porém expressivo".

Outro dado interessante que está relacionado com os domicílios cujos responsáveis são as mulheres,

Pessoas responsáveis pelo domicílio por sexo Brasil 1991/2000

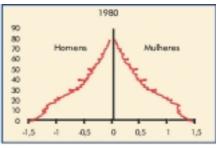


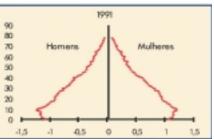
é a proporção de crianças da primeira infância (0 a 6 anos) que residem nos mesmos. Essa proporção cresceu de 10,5% em 1991 para 14,2% em 2000.

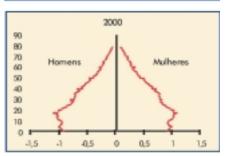
Ele ressalta também o aumento da proporção de domicílios onde vive uma só pessoa, principalmente nas unidades da federação mais urbanizadas, sendo um reflexo dos novos padrões de organização familiar.

Quanto à propriedade do domicílio, Luiz Antonio explicou que foram pesquisadas três categorias: próprio, alugado e cedido. As informações do Censo mostram que o número de domicílios próprios aumentou de 69,8% em 1991 para 74,4% em 2000, estando a maioria concentrada nas regiões Norte e Nordeste. "Esses domicílios estão localizados em cidades pequenas onde há a tradição de ganhar por herança ou concessão. Já no Distrito Federal, observa-se a menor concentração de domicílios

Estrutura etária por sexo Brasil 1980/2000







próprios, por conta de características peculiares a Brasília".

O número de domicílios alugados diminuiu de 16,4% em 1991 para 14,3% em 2000 e encontram-se, em sua maioria, na região Sudeste. Já os cedidos estão localizados nas áreas rurais. "Há uma tradição de domicílios cedidos nos estados de base rural".

E em relação ao quesito saneamento básico, Luiz Antonio mostrou que o esgotamento sanitário ainda não atingiu índices satisfatórios, mesmo com o aumento da proporção de domicílios que tem acesso à rede geral de esgoto ou que dispõe de fossa séptica: 62,2% em 2000 contra 52,4% em 1991.

Observando-se as regiões, Sudeste é a que apresenta melhores condições de saneamento básico, cobrindo 82,3% dos domicílios, seguida da região Sul, com 63,8% dos domicílios cobertos. Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam as piores condições de esgotamento sanitário. Menos da metade dos domicílios destas regiões possuíam rede geral de esgoto ou fossa séptica em 2000, prevalecendo as fossas rudimentares tanto em domicílios urbanos e rurais.

Mais de 70% dos domicílios brasileiros são próprios e apenas 9,6% são apartamentos

No quesito abastecimento de água, Luiz Antonio apontou uma diminuição da proporção de rede de água nas áreas urbanas da região Norte, a qual não significou um decréscimo real mas que os serviços não acompanharam o grande crescimento urbano por que passou.



A equipe de técnicos do IBGE apresentou e analisou alguns dos Resultados do Universo do Censo 2000 na coletiva para a imprensa.

Sobre a instalação sanitária, os dados do Censo revelam que 7,5 milhões de domicílios não tinham banheiro, com grande concentração no estados do Piauí (42,9%) e do Maranhão (39,8%).

A consultora do Departamento de Emprego e Rendimento (DEREN) e membro do Comitê do Censo Demográfico 2000, Vandeli dos Santos Guerra, falou sobre o rendimento das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência). Com o auxílio de cinco gráficos, Vandeli explicou que houve um ganho real do rendimento das pessoas responsáveis pelo domicílio em todas as regiões, não sendo um fenômeno isolado.

O rendimento real médio aumentou 41,9% de 1991 para

2000, passando, em valores reais, de R\$ 542,00 para R\$ 769,00. A região que apresentou maior ganho foi o Sudeste (50,2%), seguida do Nordeste (48,8%).

Em relação ao rendimento dos responsáveis pelos domicílios em áreas urbanas e rurais, de 1991 para 2000 houve algumas mudanças. "Constatamos que os ganhos nas áreas urbanas foram menos elevados que os da área rural. Na área rural, no total para o Brasil, os ganhos passaram de 50% e na área urbana ficou em 35%".

Ao final das apresentações de alguns dos resultados do Censo 2000, os técnicos concederam uma entrevista coletiva à imprensa, esclarecendo as dúvidas mais específicas dos jornalistas que dali levariam a todo o público o retrato atual do Brasil que se revela através dos resultados do Censo 2000.

O Censo além das fronteiras



Desde 1997, especialistas da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai - países que compõem Mercado Comum do (Mercosul) – e mais Bolívia e Chile, na qualidade de países associados, reúnem-se periodicamente para discutir e partilhar experiências adquiridas nos últimos censos, além de tentar integrar os dados produzidos e planejar o futuro.

Um empreendimento conjunto, iniciado no I Seminário sobre Censo Comum no Mercosul. realizado em Buenos Aires em 1997, que traçou como metas a definição de um mínimo de variáveis comuns a ser disseminado simultaneamente; a compatibilização de definições e conceitos; a garantia de comparabilidade dos sistemas de classificação dos países envolvidos; a elaboração de um plano comum de tabulações e a criação de uma base de dados única para o Mercosul.

A harmonização das estatísticas produzidas pelos países que compõem o Mercosul é também parte do projeto de cooperação estatística entre estes mesmos países e a Europa, através da rede de institutos nacionais de estatística que formam o Eurostat.

A aproximação metodológica no âmbito estatístico vai possibilitar que todos utilizem, sobre bases reconhecidas, os dados referentes a todos os campos em que há medição estatística.

A integração de dados também vai facilitar as relações comerciais e econômicas entre os mercados sul-americano e europeu, possibilitando às pessoas, às instituições e às empresas, através dos indicadores mais harmônicos. o acompanhamento da realidade social e econômica dos países que os integram.

As comissões

O primeiro levantamento censitário do Mercosul deverá ter uma conclusão parcial em 2003 e uma total em 2005. O trabalho de

uniformização dos questionários ficou sob a responsabilidade de seis comissões, tendo, cada uma, um representante de cada país. Alicia Bercovich, coordenadora do Comitê do Censo Demográfico 2000 da Diretoria de Pesquisas do IBGE, preside a comissão brasileira.

Dentre as atividades desenvolvidas, estão o acompanhamento dos intercâmbios estabelecidos com os demais países e tudo o que se refere à harmonização de estatísticas, integração de dados e padronização de conceitos, definições e métodos.

O primeiro passo adotado pelas comissões foi comparar os questionários utilizados nos censos de cada país. Diferenças operacionais e conceituais tornaram-se evidentes e os países decidiram compor um núcleo comum de

O VIII Seminário sobre o Censo Comum no Mercosul foi realizado em 1999, no Rio de Janeiro.



informações para o ano 2000. Esta uniformização de questionários fez constar as mesmas perguntas sobre economia, características de população, emprego e renda nos formulários de cada país.

As metodologias de levantamento de dados diferem de país para país e a aproximação no modo de organizar, treinar e processar não deve alterar as tradições estatísticas seguidas por cada um, além de respeitar suas limitações.

Uma prova piloto conjunta foi realizada em 1998 em duas áreas de fronteira entre o Brasil, Argentina e Bolívia, para que fossem testados os conteúdos mínimos comuns dos questionários de cada um; suas metodologias de treinamento e capacitação de recenseadores; o desenho da base de dados comum etc.

A prova foi monitorada por equipes desses países e também de outros do Mercosul. A experiência gerou um rico material, comprovando, principalmente, que os mesmos conceitos, definições e classificações usados acabaram gerando, em campo, interpretações diferentes para cada país.

Na Argentina, Censo foi em 2001

A Argentina já divulgou os resultados preliminares do Censo 2001, realizado nos dias 17 e 18 de novembro do ano passado. No total, foram contados 36.027.041 milhões de habitantes, sendo 17.563.777 homens e 18.463.264 mulheres. E a densidade demográfica é de 13 habitantes por Km² (aárea total do território argentino é de 2.780.400 Km²).

O Censo 2001 de População e Domicílios é chamado de "censo

de hecho" (censo de fato), e não "censo de derecho", porque inclui as pessoas que não necessariamente residem nos domicílios recenseados mas que estiveram no local no dia que marca o início da operação de coleta.

Um time de 500 mil recenseadores, formado por professores dos níveis primário e médio, visitou cerca de 12 milhões de domicílios, que totalizam 450 mil

setores censitários, preenchendo 22 milhões de questionários.

Para saber as características da população argentina, eles utilizaram apenas um questionário revisado, com modificações nos temas emprego e migração, e com novas temáticas como, por exemplo, a verificação da ascendência indígena e de pessoas portadoras de deficiências. Além de perguntas sobre condições de



conservação do domicílio e dados sobre os moradores como relações de parentesco, grau de instrução, ocupação, renda e associação a algum plano de saúde.

O censo argentino é coordenado por um Conselho Superior e Operativo formado pelos membros do Instituto Nacional de Estatística e Censos da República Argentina (INDEC). Nas províncias, a coordenação é dividida entre os membros do INDEC e os governadores. Conheça mais sobre o censo argentino com Laura Cazzolli, coordenadora do Programa de Censos do INDEC.

Vou te contar - Como a senhora analisa este momento após a operação de coleta?

Laura Cazzolli - Posteriormente ao censo, tarefas de recompilação de informação estão sendo realizadas nas províncias. De posse dos resumos dos setores censitários, demos publicidade aos dados preliminares. Também já foi iniciada a leitura ótica das planilhas provenientes dos conjuntos de setores e, nos próximos meses, haverá um encontro com os diretores das 24 províncias para avaliar a operação.

Vou te contar - Que estratégias de divulgação foram utilizadas pelo instituto para mobilizar a população?

LC - A estratégia de divulgação contou com uma campanha para que a população conhecesse a realização de um censo. Esta estratégia se desenvolveu de forma paulatina, a partir de outubro, por ser nesta data as eleições dos parlamentares argentinos. Fizemos uma divulgação que incluiu spots de rádio e televisão, notas nos jornais de maior circulação e em programas jornalísticos, além de ranúncios em vias públicas.

Vou te contar - Qual o público que mais requisita os resultados do censo em seu país?

LC - Os usuários de dados censitários são, principalmente, as universidades, empresas de serviço, organismos públicos, consultores e particulares.

Vou te contar – De que forma o censo argentino está contribuindo com o núcleo comum de informações básicas dos países do Mercosul mais Bolívia e Chile?

LC - Em relação às variáveis que foram acordadas com os países do Mercosul mais a Bolívia e o Chile, a informação do Censo da Argentina vai estar disponível de acordo com um cronograma de processamento e publicação de dados que começa em meados de janeiro de 2002 e termina em dezembro de 2003. Com os dados obtidos, as tabulações comuns poderão ser formadas.

Uruguai realizou o último Censo em 1996

O Instituto Nacional de Estatísticas do Uruguai (INE) foi criado, por decreto, em 1852. Historicamente vinculado ao Ministério da Economia, nas últimas décadas, passou a ser ligado à Presidência da República, através do Escritório de Planejamento e Orçamento.

O último censo realizado foi o VII Censo Geral de População e III de Moradia e de Domicílios, em 22 de maio de 1996, que contou uma população de 3.163.763 habitantes, sendo 1.532.288 homens e 1.631.475 mulheres. Do total, 13% é formada por idosos e 25%, por jovens.

Tais dados mostram uma importante transformação na modalidade de constituição da família no país. O matrimônio como instituição para a reprodução biológica vem perdendo efeito relativo, enquanto aumenta a participação da união consensual e de fato, no total de uniões. Enquanto em 1975, 54% da população de 15 anos ou mais estava legalmente unida, em 1996, essa percentagem desceu para 48%. No mesmo período, as chamadas uniões livres duplicaram, passando de 5% para 10%.

Em relação ao tema educação, a redução das taxas de analfabetismo; a incorporação do ensino para crianças de 3 a 5 anos e uma grande expansão dos níveis médio e superior foram avanços revelados pelo censo. Embora o país conte ainda com 80 mil analfabetos com 10 anos ou mais de idade.

Paraguai na reta final

O Paraguai contava, em 1997, com uma população de 5.077.000 de habitantes, 50,54% na zona rural e 49,46% na zona urbana (o país tem 406.752 Km²). Em 1998, a taxa anual de crescimento era de 2,8%.

O país realizará o próximo Censo Nacional de População e Habitação em 2002, que está previsto para começar no dia 28 de agosto e deverá recensear cerca de 6 milhões de pessoas em 1.200.000 domicílios.

Quem realiza o Censo no Paraguai é a Direção Geral de Estatísticas, Pesquisas e Censos (DGEEC), órgão responsável no país pela geração, sistematização, análise e difusão das informações estatísticas e cartográficas.

Foi criado em 1885, sendo regido por um decreto-lei de 1942. É vinculado à Secretaria Técnica de Planejamento da Presidência da República e iniciou os preparativos da operação censitária de 2002 em 1998.

O Paraguai espera também pela aprovação por parte de seu Parlamento de um projeto de pedido de empréstimo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para obter os recursos necessários ao seu recenseamento.

Chile: Censo também em 2002

O dia 24 de abril está marcado para o início da operação de coleta do XVIII Censo Nacional de População e VI de Habitação – 2002 – no Chile.

A partir da década de 80, os censos do Chile foram realizados em anos terminados em 2. 1982. 1992 e agora 2002. O Censo 2002 vai apurar o total de habitantes chilenos e estrangeiros do país e conhecer mais detalhes sobre sexo, idade, educação e ocupação, além das características estruturais dos domicílios como, por exemplo, materiais de construção utilizados, serviços básicos recebidos e equipamentos que possuem. Essas últimas tornam-se necessárias em virtude das grandes mudanças causadas pelos efeitos da globalização que afetaram o modo de vida da população.

O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) é o responsável pela realização dos censos no Chile, desde 1970, e conta com a colaboração dos organismos da Administração Pública, das empresas privadas, do Estado, das Forças Armadas, das organizações civis e dos estudantes.

Para o Censo 2002, estão sendo treinados 370 mil recenseadores, recrutados entre estudantes de terceiro e quarto anos do ensino médio chileno, universitários, professores, membros das Forças Armadas e funcionários públicos, todos trabalhando em regime voluntário, apenas com ajuda de custo para transporte e alimentação.

Segundo as estimativas do INE, serão impressos entre 5 e 6 milhões de formulários que passarão pela leitura ótica, etapa que é feita por uma empresa especializada contratada, assim como acontece com as etapas de impressão, armazenamento, distribuição e recolhimento de formulários.

Como anda o Censo nos países do Mercosul

Países	Data do Censo	O que estão fazendo?	Endereço na internet
Brasil	2000	Já foram divulgados os resultados definitivos do universo. O próximo produto será Tabulação Avançada da Amostra, a sair em abril.	www.ibge.gov.br
Argentina	2001	O censo argentino encontra-se na etapa de divulgação de outros dados preliminares, que oram obtidos através da leitura das planilhas dos conjuntos de setores censitários. Está prevista a disseminação dos primeiros resultados definitivos até o fim do ano.	www.indec.mecon.ar
Paraguai	2002	Em dezembro terminaram uma pesquisa de avaliação pós-censo no distrito de Eusébio Ayala. A pesquisa é uma espécie de prova piloto que vai comparar os dados pesquisados nos domicílios selecionados com os dados a serem recolhidos quando o Censo for realizado.	www.dgeec.gov.py
Uruguai	1996	Ainda não iniciaram os preparativos para o próximo censo.	www.ine.guv.uy
Bolívia	2001	O Censo 2001 da Bolívia foi destaque na edição anterior de Vou te contar. Está na fase de processamento e divulgação dos resultados. Os próximos serão os definitivos sobre o total de homens e mulheres para cada um dos 314 municípios.	www.ine.gov.bo
Chile	2002	No momento, estão sendo convocados voluntários que tenham mais de 16 anos e cursado o ensino médio para trabalharem como recenseadores.	www.ine.cl

Entre 27 de fevereiro e 1º de março de 2002, os representantes dos países do Mercosul, mais Bolívia e Chile, estarão reunidos mais uma vez. Será o X Seminário sobre o Censo Comum no Mercosul, no Rio de Janeiro. Aguarde a próxima edição de *Vou te contar* e confira a cobertura completa do evento.

Comissão Consultiva: elo entre o IBGE e a sociedade

Em dezembro de 2001, aconteceu a 11^a reunião da Comissão Consultiva do Censo Demográfico 2000, no segundo andar da unidade do IBGE, na Avenida Chile, centro do Rio de Janeiro.

A diretora de Pesquisas do instituto, Martha Mayer, preside a Comissão que têm como membros especialistas renomados em suas respectivas áreas, onde possuem notório e reconhecido saber. São estudiosos de diversos temas ligados a população que integram a Comissão Consultiva do Censo Demográfico 2000, cujo papel principal é ser o principal elo entre o IBGE e a sociedade.

Fazem parte da Comissão: Elza Salvatori Berquó, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; Wilton de Oliveira Bussab, da Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP; Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Elisa Maria da Conceição Pereira Reis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Tânia Bacelar de Araújo, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; e José Alberto Magno de Carvalho, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR.

A Comissão Consultiva iniciou seus trabalhos para o Censo em 1997. Partindo do princípio básico de que o Censo pertence a toda a sociedade, seus integrantes representam uma parcela significativa da população e todos contribuem trazendo sugestões e expectativas em torno de possíveis inovações a serem introduzidas nos Censos.

A idéia do IBGE com a Comissão é assegurar a demanda de informações dos diversos setores, contando com a assessoria desses especialistas no sentido de opinarem nas decisões relativas a conteúdo de questionários, amostra, métodos de apuração, entre outros aspectos.

A equipe da **Vou te contar** acompanhou a reunião e ao final convidou os integrantes da Comissão para falarem sobre suas impressões, numa espécie de mesa de batepapo, onde cada um pode fazer sua avaliação dos trabalhos realizados ou da experiência adquirida. Em entrevista à parte, a equipe ouviu também a presidente da Comissão e diretora de Pesquisas do IBGE, Martha Mayer.

Folo: Álvarro Vasconcellos

Tânia Bacelar, da Universidade Federal de Pernambuco, também integra a Comissão Consultiva.

Vou te contar para Elza Berquó – Como se deu a participação dos membros da Comissão Consultiva nos trabalhos do Censo?

EB – Bom, houve uma fase em que a nossa participação era muito mais importante do que nessa agora, porque agora nós estamos ouvindo já o que são os resultados de análises. Na outra fase, entramos no mérito do questionário, em função ou não de questões, na forma de perguntar, amostragem. E é evidente que a operação censitária tem um ritmo, ela é um processo, de modo que em cada etapa dela a participação dessa comissão pode ser mais crucial do que em outras e mais ou menos foi assim. Nessa reunião de hoje, por exemplo, já estamos coroando uma parte, porque vai haver a divulgação do questionário básico.

Vou te contar – Esta fase seria mais de ouvir, então?

EB – É, mais ouvir, é um relato.

Vou te contar para Wilton Bussab – Existe algum aspecto que precisa ser aperfeiçoado na Comissão ou os trabalhos da forma como são orientados atingiram um grau satisfatório? WB – Eu acho que tem um grau satisfatório. Gostei da maneira como foi orientada, embora ache que na anterior tivemos um pouco mais de participação ativa, pelo menos da minha parte.

Vou te Contar – *O que você chama de participação ativa?*

WB – Eu acho que eu não me envolvi em alguns aspectos específicos numa linha mais direta. Talvez seja porque dessa vez não precisou. Por causa das exigências de 1991, houve mudanças mais radicais em alguns aspectos do que nessa.

EB – Este Censo de 2000 eu acho que ele inovou em vários aspectos, a questão desde o envolvimento dos entrevistadores recrutados em seus próprios locais de moradia, quer dizer, você pega as favelas, então os entrevistadores



Elza Berquó acha que o Censo 2000 inovou em vários aspectos.

eram moradores de favela. De modo que eles têm acesso muito mais facilitado e eu acho que o fato de você recrutar entrevistadores em cada município e não ter uma equipe de entrevistadores, eu acho que inovou e você vê, inclusive, essa apresentação que foi feita hoje dos doadores, para você corrigir ignorados, o IBGE está vivendo, na minha opinião, uma fase muito interessante e positiva, porque a qualidade do trabalho interno do IBGE eu sinto que evoluiu muito.

WB – Conseguiu incorporar os avanços tecnológicos de maneira brilhante e esse avanço que o IBGE teve é incrível.

Vou te contar para Elza Berquó – Como você avalia sua atuação na Comissão Consultiva?

EB - Em primeiro lugar, já participamos, o Wilton só a de 1991, mas eu participei na do Censo de 1980. Fiz parte da Comissão de 80, da de 91 e deste. São momentos muito privilegiados na vida de pesquisadores como eu, de você poder, nessa convivência, trazer o seu conhecimento, participar com o seu conhecimento, que até certo ponto estar presente aqui legitima, porque queira ou não a sua presença legitima ações. Então eu acho que é uma responsabilidade muito grande, mas que eu acho muito positivo a gente compartilhar e em muitos momentos tivemos pareceres que mudaram a posição do IBGE. É essa a nossa função: vir da academia com o conhecimento acumulado que nós temos e podermos compartir aqui para que as alterações censitárias sejam feitas.

Vou te contar – Dá um exemplo de uma participação sua que gerou modificações.

EB – Eu acho que a gente discutiu bastante essa questão da cor, da etnia. Infelizmente não se chegou ainda a um resultado que fosse o ideal, mas se conseguiu fazer um estudo piloto, a incorporação cada vez maior dos representantes do movimento negro, que é um usuário importante nessa questão. Eu acho

que a gente tem contribuído para essa abertura do IBGE com relação a ampliação da presença dos usuários na discussão dos quesitos que entram e como entram no Censo.

Foto: Álvaro Vasconcellos

Wilton Bussab afirmou que o IBGE conseguiu incorporar os avanços tecnológicos de maneira brilhante no Censo 2000.

Vou te contar para Ricardo de Barros - Vamos perguntar a você, Ricardo, o mesmo que perguntamos a Elza Berquó. Como você avalia a sua atuação aqui na Comissão?

RPB – Eu acho que quem tem que avaliar a nossa participação é mais o IBGE, eles é que tem que julgar em que medida essa Comissão tem ajudado o IBGE ou não, mas eu acho que tem uma série de fatores que, não tanto nesse momento, mas, no início, quando o Censo estava sendo desenhado, onde foi bastante importante a participação da 🚊 acho que a questão racial, a gente estava prestes a ter uma mudança na forma de perguntar e essa g Comissão acabou fazendo um papel importante na decisão final que foi a de manter o mesmo tipo de pergunta que a gente tinha no passado. Eu acho que na própria

divulgação do Censo, no próprio vídeo, a Elza fez um comentário muito importante sobre os vieses raciais e acho que teve uma série de outras contribuições importantes da Comissão.

Vou te contar para Elisa Reis - E você, Elisa, o que pensa da Comissão Consultiva?

ER - Primeiramente, da parte do IBGE foi de uma sensibilidade muito grande trabalhar com consultores externos, de fora da instituição. Reconheceu, com isso, a importância de seus interlocutores, que emitiram não só opiniões pessoais, mas também a da comunidade acadêmica e dos pesquisadores em geral. Quando eu comecei na Comissão, eu era presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, a ANPOCS, e ter um representante da ANPOCS na Comissão é uma forma de o IBGE valorizar os estudantes universitários como usuários do IBGE.



Para Ricardo Paes e Barros, a Comissão tem um valor incrível no sentido de poder interferir nas decisões centrais do Censo

Vou te contar para José Alberto Magno de Carvalho -O que, para você, José Alberto, é mais ou menos positivo na Comissão?

JAC - De extremamente positivo, para mim, é o trabalho, durante vários anos, sem sobressaltos e crises, de preparação do Censo, possibilitado pela garantia, por parte do Governo Federal, dos recursos orçamentários necessários. Também pela firme, tranquila e solidária liderança por parte da Direção do IBGE e ainda pela extrema dedicação e competência profissional das Coordenações e do corpo técnico da instituição, diretamente envolvidos em todo o processo censitário. Agora, se algo de negativo houve, foi pontual e dele não tomei conhecimento.

Vou te contar para Wilton – Existe algum ponto específico que você considera fundamental na Comissão, que não poderia ser mudado nunca?

WB - A existência da Comissão. (Risos)

Vou te contar - A pura existência da Comissão.

WB – Mas é claro. Porque nós trazemos uma demanda nossa e de outras pessoas que são usuários. E os cuidados. Alertamos para os problemas que podem surgir, que muda alguma coisa, introduz alguma coisa, que nem sempre a gente saiu ganhando.

Vou te contar - Não é uma coisa fixa, quer dizer, a Comissão tem uma vida.

EB - Inclusive ela modela. Os membros da Comissão nem sempre foram esses. Algumas pessoas permaneceram, outras saíram, outras entraram. Tenta-se que ela seja bastante heterogênea no sentido da sua formação, para que se possa trazer aqui a visão do

Elisa Reis disse que o IBGE soube reconhecer a importância dos seus interlocutores, ao trabalhar com consultores externos.



geógrafo, a visão de um economista, de um estatístico, de um demógrafo, de um sociólogo, de um antropólogo e assim por diante. E no Censo isso vai mudando. Como eu disse, eu faço parte dessa comissão desde 1980, estou aqui há 20 anos e acho que não ter uma Comissão de Censo seria um empobrecimento muito grande porque legitima de alguma maneira as decisões que são tomadas aqui, porque nós participamos, não chegamos aqui para dizer amém a tudo. E a gente traz por outro lado um sentimento da academia, dos movimentos sociais pois a gente está afinada com a sociedade brasileira, de modo que enquanto você está aqui, além do conhecimento técnico, considerações políticas, que são importantes, para não fazer nada politicamente incorreto.

Vou te contar – *por exemplo?*

EB - Ah, mil coisas... por exemplo, essa questão que se

discutiu aqui das uniões homossexuais que a gente precisa encontrar um caminho para chegar lá, precisa muito cuidado de como é que se coloca essa questão, porque é um rompimento de uma privacidade, que precisa muito cuidado para saber como é que essa questão é tratada e é possível mesmo que não será nem num Censo no começo, são pesquisas *ad hoc* que vão dar elementos para saber e para isso precisa ouvir os próprios movimentos gays, como é que eles acham que as questões devem ser feitas.

Vou te contar – Como uma questão deve ser formulada, você quer dizer.

EB – Exato! De como uma questão deve ser formulada. E não é tão simples.

Vou te contar para Ricardo de Barros – E você, Ricardo, o que você considera mais ou menos positivo na Comissão?

RPB – As reuniões de segunda-feira de manhã (risos).

EB – Ah, segunda-feira de manhã é um horror. Para quem não mora aqui, realmente...

RPB – Eu acho que do nosso ponto de vista essa Comissão tem um valor incrível de a gente poder fazer as demandas, de poder interferir nas diversas decisões centrais do Censo. Então, para nós da Comissão é extremamente positivo a gente poder estar aqui, participando, vendo o andamento, cobrando. Na medida em que essa Comissão existe é muito mais complicado para o IBGE dizer que vai adiar por não sei quantos meses indefinidamente, como aconteceu com o Censo de 1991, cria dificuldades, então a gente sai com uma cobrança e acho que a gente consegue introduzir uma série de mudanças. Do nosso ponto de vista é muito positivo.

Vou te contar – E tem retorno para vocês, para o trabalho de vocês? Quer dizer, onde vocês atuam.

ER – Para mim foi muito bom ver as pessoas do IBGE trabalhar e isto acrescentou ao meu trabalho em sala de aula. Passei a fazer os meus alunos prestarem mais atenção aos dados censais e também aos resultados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), principalmente aluno de graduação, porque aluno de pósgraduação lida com esses dados normalmente. Quando estou dando aulas sobre problemas brasileiros e surge alguma controvérsia, a questão da cor, por exemplo, que aqui na Comissão foi uma discussão boa, cada membro tinha uma maneira de ver diferente. Em sala de aula, quando as opiniões divergem, remeto ao IBGE, "olha, mas o IBGE analisa de uma outra forma". Então, foi muito positivo no sentido de sensibilizar para a relação entre a metodologia e as relações teóricas.

WB - Você fica melhor informado daquilo que você está usando, mas, por um outro lado, de certo modo, nós passamos a ser defensores do IBGE junto àquelas pessoas com as quais nós convivemos. Porque nós podemos contar quais foram as dificuldades, porque que não mudou, porque que não fez isso, e você tem conhecimento das dificuldades que foram enfrentadas para mudar ou para acrescentar uma pergunta. Quer dizer, acrescentar qualquer item no Censo é uma fábula, então a gente começa a ser mais parcimonioso nos pedidos.

RB – Eu acho que teve um momento em que houve uma certa campanha, um certo movimento no Brasil no sentido de tirar um pouco os créditos do Censo. Várias Foto: Alvaro Vasconcellos

José Alberto de Carvalho destaca a firme e tranquila liderança da Direção do IBGE.

pessoas importantes dizendo, "oh, eu não fui entrevistado", eu acho que nós que estávamos aqui pudemos dar entrevista no IPEA e dizer, "olha, isso aqui é o melhor Censo que está sendo feito na humanidade", quer dizer, do que que está sendo falado. Então, eu acho que, por um lado, o IBGE dando respostas técnicas e respondendo com precisão àquelas perguntas e, por outro lado, nós participando dessa Comissão, participando do que está acontecendo e o que está acontecendo sendo muito bom, também ajuda bastante.

EB – Eu queria acrescentar, inclusive, que neste contexto muitas vezes a gente esclarecia pessoas importantes que estavam dando entrevista: espera um bocadinho, o próprio IBGE está divulgando números de telefone onde pessoas que não foram entrevistadas entrem em contato, porque eles vão entrevistar. Agora, é que há um sentimento que é mais fácil criticar do que construir.

JAC – Bom, eu já havia participado da Comissão do Censo de 1991. Essas experiências, se verdadeiramente assumidas, sempre nos ensinam algo, nos dão oportunidade para contribuir construtivamente e nos tornam orgulhosos e cada vez mais comprometidos com a coisa pública.

Instituição fechada é coisa do passado

Vou te contar – A Comissão Consultiva do Censo 2000 foi montada desde 1997. Desde que começou os trabalhos até hoje, ela conseguiu alcançar os objetivos a que se propôs?

MM - Conseguiu, eu diria, integralmente. Porque discutimos com a Comissão desde as pesquisas pilotos. Desde a primeira, nós conseguimos discutir, não só o que ia fazer, avaliação e o que fazer depois. Foi assim com as duas provas pilotos e depois com o Censo Experimental. E quando o Censo 2000 estava em campo, a gente viu a importância dessa Comissão, porque há os questionamentos, que vêm da população, a mídia, até por desconhecimento das partes mais teóricas, mais conceituais do processo de Censo. Quando questionaram algum procedimento do IBGE, essa Comissão, que é de notório saber, nos apoiou integralmente na defesa dos procedimentos que adotamos.

Vou te contar – É, inclusive, a Elza, o Ricardo e o Wilton falaram sobre isso.

MM – Pois é, então, isso foi importante, mostrar que houve uma interação do IBGE com os representantes legítimos do saber nessa área na sociedade.

Vou te contar – E você faz alguma comparação entre esta Comissão e a de 1991?

MM – Nós trabalhamos com a Comissão em 1991 e o que eu creio que a diferença para esta agora é que talvez nós tenhamos antecipado mais as discussões e conseguimos participar mais ativamente.

Vou te contar – *E só o Censo* Demográfico possui uma Comissão Consultiva?

MM - Bom, a cada Censo você monta uma, por exemplo, nós temos hoje uma do Censo Agropecuário montada. Às vezes, por pesquisas, nós fazemos coisas menos formais, de menor porte, algumas até formais também, mas, para o Censo, teve em 1991 e eu acho que agora está cada vez mais forte. Porque está dentro desse processo todo que o IBGE está cada vez mais aberto, trocando informações, então é natural que no seu trabalho mais grandioso que é o do Censo a gente tenha essa interação também.

Vou te contar – É dito que a Comissão é o elo institucional do IBGE com a sociedade. Eu lhe pergunto: este é o único elo?

MM – Não, pelo contrário. Está tendo essa Comissão Consultiva, mas nós fizemos várias reuniões com os usuários. Nós consultamos mais de cinco mil usuários e tivemos duas grandes reuniões com eles, fizemos pequenas reuniões mais de especialistas. Quando a gente quis discutir, por exemplo, a imputação da renda, antes de adotar aquele processo, nós chamamos alguns usuários da academia, dos dados de rendimentos, e falaram, olha, o IBGE

Martha Mayer destaca os aspectos positivos de se ter uma Comissão Consultiva com membros externos ao IBGE.

nunca imputou a renda no Censo, esse ano nós imputávamos para abrir, o que que vocês acham.

Vou te contar – Quem são os especialistas, nesse caso?

MM - Na época da renda, nós chamamos pessoas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Pontifícia Universidade Católica, economistas, estudiosos do mercado de trabalho, quando eu falo especialistas, é isso. Quando nós definimos a forma final do questionário do Censo para as perguntas sobre portadores de deficiência, conversamos com a coordenação do Ministério da Justiça, que cuida dessa questão. Quando a coisa era muito especializada, discutíamos com porta-vozes do movimento negro a questão do dado de cor, do quesito de cor, por exemplo. Então, a Comissão Consultiva apoiou ao longo de todo o processo, desde antes do planejamento até a divulgação do último número ela estará conosco.

Em alguns momentos, nós interagimos com outros órgãos. Por exemplo, os dados, a classificação que nós iremos publicar de religião, quais são os grupos, os mais importantes, tudo discutido com o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER). E a Comissão acompanha todos os passos, pois nós informamos a ela que outros órgãos nós consultamos.

Vou te contar – Com instituições e usuários, como você disse.

MM - Porque uma das coisas boas nesse Censo foi fazer Censo com a internet acontecendo. Muita gente, quando o recenseador saía da casa, mandava um e-mail para o IBGE. Então, teve uma interação, ao longo da coleta, que certamente não era possível mais alterar, por exemplo, para alguns anseios da sociedade, mas ficou próximo, a gente sabe o que a população acha de algumas perguntas, de algumas formas de perguntar, de alguns quesitos. Houve ao longo do Censo, através da internet, via e-mail, com uma interação que a gente nunca viu na vida, que era mandar um e-mail para cá. Isso, certamente, nos próximos Censos, essa resposta da população nós iremos considerar.

Vou te contar – Essa foi a 11^a reunião da Comissão. Qual é a periodicidade dela?

MM – Ela não tem uma periodicidade totalmente amarrada, depende muito do cronograma do Censo, dos passos, das consultas que nós temos a fazer, dos informes que temos a dar. Então, por exemplo, quando nós tivermos para divulgar a tabulação avançada, em março ou abril, deveremos estar convocando a Comissão.

Vou te contar – Uma coisa que o Ricardo Barros colocou é que é bom que exista uma Comissão, para não ficar demorando muito a sair resultados, porque sabe que tem uma Comissão acompanhando e tal.

MM – É importante você ter e acho que para qualquer trabalho é importante você ter um acompanhamento externo, certo, que nos mobiliza. Por exemplo, a Comissão nos incentiva e incentiva muito os nossos técnicos a documentar tudo também, porque bem ou mal, quando vem a Comissão, você tem que formalizar algumas coisas que a gente em volta da mesa já vem apresentando. Bom, agora vem a Comissão, tem que ter uma apresentação formal. Então, isso também ajuda a ter uma documentação de todos os passos, porque você está sempre preparando para essa formalidade.

Vou te contar – Deu para notar, observando a reunião e entrevistando os membros de fora do IBGE, que essa Comissão só tem pontos positivos.

MM – Só positivos, realmente só positivos.

Vou te contar – E esse é o caminho que o IBGE pretende continuar seguindo, de discussão, troca de experiências.

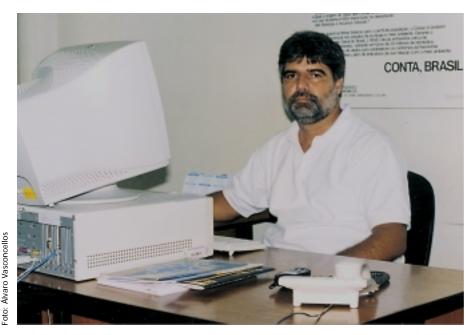
MM – Sem dúvida, claro, e a gente tem trabalhado cada vez mais tentando ouvir a sociedade e abrir, com o comitê, as comissões, grupos de trabalho, câmaras técnicas.

Vou te contar – Quando você fala de o IBGE se abrir, eu lhe pergunto: o IBGE já foi fechado em alguma época?

MM – Já, já, o IBGE já foi bem fechado. O IBGE já lançou pesquisas com discussões apenas internas. Hoje, essa prática está totalmente abandonada.

nos estados

Sucesso do início ao fim



Francisco Pereira coordenou o grupo de trabalho que elaborou o Projeto de Avaliação do Censo 2000.

Geralmente a expressão chave-de-ouro é usada quando queremos dizer que um determinado fato foi finalizado com sucesso, mas no caso do Encontro das Unidades Regionais, realizado em dezembro de 2001 no Hotel Copacabana Mar, Rio de Janeiro, podemos dizer que o evento já começou com chave-de-ouro.

Chefes das Unidades Regionais (URs) do IBGE em todo o país estiveram reunidos com representantes das áreas administrativa, de geociências, de informática, de pesquisa e disseminação para consolidar o Projeto de Avaliação do Planejamento e da Coleta do Censo 2000. Além de avaliar a operação censitária, o Encontro teve um papel a mais. Ele foi também a conclusão de uma nova maneira implantada pela Coordenação Operacional dos Censos (COC), de identificar e de avaliar erros e acertos em todo o processo censitário.

O coordenador do grupo de trabalho que elaborou o Projeto de Avaliação do Censo 2000, Francisco José Pereira, da COC, classificou o Encontro com as Unidades Regionais como a reta final desse processo que começou em março de 2001. A última etapa mesmo será a consolidação das conclusões tiradas no Encontro.

Para a avaliação do Censo 2000, foram distribuídos questionários a todos os coordenadores de subárea - cerca de 850 - que responderam a perguntas sobre os processos do Censo. Francisco explica qual o motivo dessa escolha do coordenador de subárea: "ele faz parte da estrutura do Censo, tem uma função essencial, fundamental, dentro de todo o processo.

Faz toda a coordenação, tem um acompanhamento do campo, é do quadro da instituição, acompanha os contratados e a parte administrativa, é um intermediador de uma série de atividades".

As perguntas do questionário foram divididas em segmentos, onde estavam todas as etapas do Censo. Por exemplo, questões específicas de coleta, plano de supervisão, sempre observando aspectos positivos, aspectos negativos e dando oportunidade para que apresentassem sugestões.

O resultado dessa fase de avaliação através de questionários distribuídos entre maio e junho de 2001 foi considerado de pleno êxito, em torno de 95% de questionários preenchidos e, segundo Francisco, dentre os 5% que não participaram estão pessoas ausentes por razões de férias e por motivo de doença.

Foi feito um trabalho de consolidação desse material. Da mesma forma aconteceu com questionários mais direcionados, enviados ao coordenador de informática da Unidade Regional, ao coordenador técnico, ao da base operacional e geográfica e ao coordenador administrativo. Nessa fase, a consolidação foi encaminhada para as Unidades Regionais, onde cada chefia organizou o encontro na sua unidade para, enfim. debater com seus coordenadores mais diretos. Daí saiu o relatório da Unidade Regional.

Após uma nova consolidação feita pela COC, o relatório foi devolvido às URs, para uma releitura, dessa vez não só da própria unidade, porém para acompanhamento dos problemas acontecidos nas outras unidades. A próxima fase seria então o Encontro, no Rio, com o objetivo de fazer a conclusão.

Representantes das Unidades Regionais trabalharam em equipe

O Encontro no Rio de Janeiro teve a coordenação geral de todas etapas da programação do evento a cargo de Maria Vilma Salles Garcia, coordenadora operacional dos Censos. Para obter uma avaliação rica e consistente dos temas relativos ao planejamento e coleta do Censo 2000, os representantes das Unidades Regionais foram separados em grupos. Todas as regiões estavam representadas nos grupos, não somente por chefes de Departamentos Regionais, mas também por três ou quatro chefes de Divisões Estaduais de Pesquisas (DIPEQs). A partir daí, montou-se a plenária, eles mesmos resolvendo quem seria o relator, quem seria o orador, pois haveria a exposição a seguir do que fosse concluído nos grupos.

Os grandes temas discutidos foram: Base Operacional e Geográfica; atividades administrativas no Censo, informática, coleta e, por fim, divulgação, comunicação e aspectos gerais. Ao todo, cinco grupos com representantes de URs debateram um tema cada, acompanhados por um moderador, envolvido com o assunto do grupo: Afonso Rangel, da Diretoria de Pesquisas (DPE) no grupo que debateu a coleta; Lana Moreira, da Diretoria Executiva (DE), nas atividades administrativas, Paulo Quintslr, do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), na divulgação; Antonio José, da Diretoria de Informática (DI), na informática e Carmen Zagari, da Diretoria de Geociências (DGC), na Base Operacional e Geográfica.

Terminados os trabalhos de conclusão e montagem do relatório final por todos os grupos, foi a vez da exposição dos relatores, coordenada por Francisco Pereira.

Nessa exposição, foram resumidas as críticas dos pontos positivos e negativos, as sugestões, e só depois vieram os comentários, uma espécie de réplica, dos diretores ou responsáveis pelas áreas envolvidas. Confira, agora, o resumo do que foi abordado pelas Unidades Regionais e as conclusões dos temas.

Malha setorial

Na avaliação sobre a Base Operacional e Geográfica (BOG), ainda foram mencionados os problemas causados pelas legislações referentes aos limites territoriais e ressaltados os problemas decorrentes da falta de embasamento técnico do pessoal que negocia bases pelo IBGE com prefeituras e empresas públicas. De positivo, destacou-se a liberdade que é dada às DIPEQs para negociar parcerias e trocas com aqueles órgãos.

Paulo Cesar Martins, coordenador da base do Censo 2000, lembrou novamente que na questão de limites, "onde existe problema, existe problema, e que em algumas situações os problemas se mantêm sem solução. E essa solução passa pelos poderes constituídos, por compatibilizar o teórico e o operacional".

Zelia Bianchini, diretoraadjunta de Pesquisas, considera que
uma avaliação contínua e essa
melhoria da malha setorial são
fundamentais para todas as pesquisas. Reforça que são mais de 10
mil setores listados depois que o
Censo aconteceu, informações
consideradas riquíssimas. Outro
ponto ressaltado pela diretora é o
tamanho dos setores, a questão da
compatibilização das bases: "Precisamos trabalhar muito integrados
sim. Hoje, temos uma malha
setorial muito melhor", disse.

Os participantes do Encontro formaram grupos para discutir aspectos específicos da operação censitária.



Foto: Álvaro Vasconcellos

Atividades administrativas

Na exposição das conclusões sobre as atividades administrativas, foram feitas sugestões sobre o processo seletivo, modificações nas funções dos auxiliares censitários e dos supervisores. Considerou-se que há necessidade de que estejam mais bem preparados para o próximo Censo. Foi sugerido que fossem realizados mais concursos. Concluiu-se que o sistema de suprimento de fundos, para atender às despesas, funciona. Além disso, pediu-se mais suporte para postos informatizados e mais tempo para treinamento das pessoas que fazem esse suporte administrativo.

O diretor-executivo do IBGE, Nuno Duarte Bittencourt, comentou as mudanças típicas da crise que está vivendo o país e explicou que uma parte da solução para as críticas feitas está sinalizada. Acredita que boa parte das questões de administração apontadas vai ficar resolvida com treinamento.

Informática

Problemas no recebimento de equipamentos e de configuração que causaram atrasos na atualização do Sistema de Administração de Pessoal (SAP) e no Sistema de Indicadores Gerenciais de Coleta (SIGC), problemas com deslocamentos de técnicos, manuais difíceis de serem entendidos. dificuldades na conexão com a Embratel dos postos informatizados, essas foram algumas das conclusões do grupo que avaliou a informática no Censo 2000. Como sugestão, o pedido de mais rantecedência para resolver tudo.

E o Modelo Conceitual do SIGC mais uma vez foi considerado adequado, uma unanimidade.

Técnicos da DI presentes reconheceram os problemas de operação da distribuição de todo o equipamento de informática do Censo 2000, porém explicaram o que significa uma operação do porte do Censo 2000 em matéria de quantidades, cerca de 1200 micros, teclados, palm-tops. Por outro lado, ressaltaram o empenho da instituição de enfrentar um processo administrativo complicado, nada pode ser fácil em tais quantidades. Também elogiaram o desempenho das equipes de campo, pelo excelente trabalho gerencial na coleta. E foi também lembrado que o processo de utilização do SIGC no Censo 2000 era novo para todos, inclusive para aquela diretoria, por isso muitas vezes ocorreram por parte dela erros de avaliação.

Sergio Baía Ferreira, da DI, ressaltou que a utilização dos equipamentos palm-tops foi arrojada. Considera que foi um dos maiores investimentos que a instituição fez em matéria de tecnologia, um passo dado de forma correta, já que o Brasil está alargando as bandas de telefonia. Acredita que a evolução em termos de coleta será maior com a aquisição desses equipamentos.

Coleta

A avaliação da coleta do Censo ficou bem sintetizada pelas palavras da diretora de Pesquisas, Martha Mayer, que percebeu, por todos os itens colocados, uma aprovação geral do Projeto do Censo 2000, e muitas críticas no detalhe. Tirando a distribuição de material que chamou de "um caso à parte", Martha Mayer entendeu

que a página da Coordenação Técnica do Censo Demográfico (CTD) na intranet serviu perfeitamente ao gerenciamento. Nos postos informatizados, percebeu uma aprovação total do projeto, e que os problemas foram na conexão.

Das mudanças propostas, a diretora disse ter marcado quatro: a distribuição de material, considerada radical, porque seria uma mudança total na estratégia de distribuição. As outras, classifica como sugestões de melhoria: equipes especiais e a possibilidade de contratação local de treinamento para elas; descentralização de alguns procedimentos; e a última, mudanças no questionário para adaptação às realidades locais. Sobre isso, comentou que muitas vezes quando na DPE são discutidas operações de mudanças muito grandes, até questões complexas para abordagem no domicílio, o temor é sempre sobre o que vai ocorrer lá na ponta. Como é que a coleta vê isso? Como seria a abordagem de questões tão novas? Ela conclui: "e no entanto vocês selecionaram esses temas e trouxeram para nós nesse relatório, mostrando que já aconteceram mudanças sociais no país" (a opção para casamento de pessoas do mesmo sexo no questionário, por exemplo, foi assunto levantado no relatório).

Os ganhos advindos do gerenciamento da coleta através do SIGC foram resumidos pela exposição do coordenador da CTD, Marco Antonio Alexandre: "o SIGC foi pensado para dotar não só a sede, mas a rede de pesquisa de uma ferramenta gerencial que pudesse dar conta durante o andamento da coleta da questão da cobertura. Só que acabou ganhando uma dimensão muito maior e finalizou com quatro grandes objetivos, o



Representantes das Unidades Regionais se reuniram no Rio de Janeiro para avaliar o planejamento e a coleta do Censo 2000.

primeiro, esse já comentado; o segundo, servir de base para a divulgação dos resultados do Censo, da Sinopse; terceiro, servir de arquivo de referência para a entrada de dados do Censo e toda a crítica de quantidade, que foi feita em cima das informações oriundas do SIGC e, por fim, a questão do vínculo criado pelo SIGC com o sistema de administração de pessoal".

Divulgação

Sobre a campanha de divulgação do Censo 2000, toda a campanha publicitária nas TVs foi avaliada pela Unidades Regionais como muito positiva, principalmente as chamadas dentro das telenovelas. Lamentou-se a pouca quantidade de *outdoors* e pediu-se que as Unidades sejam consultadas a respeito dos locais onde estes devem ser colocados. A revista Vou te contar foi vista como um importante veículo de divulgação de todos os trabalhos do Censo. Lamentou-se a pouca quantidade de exemplares.

Foi feita a sugestão de que o atendimento 0800, de apoio ao recenseamento, venha a ser regionalizado e apesar do congestionamento, que não é problema da instituição, concluiu-se que cumpriu seu objetivo de contribuir para abertura dos domicílios para o Censo.

O Projeto Vamos Contar! foi muito bem recebido e seu material didático considerado excepcional, tendo como ponto negativo o atraso na chegada às Unidades. E as Comissões Censitárias Municipais (CCMs) foram vistas pelas Unidades como um fórum interessante que gerou transparência nos trabalhos da coleta.

O trabalho da Coordenação Geral de Comunicação Social (CGC) foi considerado de pleno êxito no Censo 2000, porém algumas URs gostariam de receber mais orientação sobre como lidar com a imprensa.

O superintendente do CDDI, David Wu Tai, concluiu que "o centro da gravidade da casa vai pouco a pouco se deslocando. Sempre vai ser um órgão produtor de estatística, mas com uma preocupação crescente com a imagem. Estamos lutando para criar e manter uma marca de valor, que é a marca do IBGE, da qual todos têm o maior orgulho, que dá a dimensão da mudança pela qual a casa passou". Comentou, ainda, o grande trabalho feito pela CGC durante o Censo, considerado por ele uma exposição positiva na mídia jamais conseguida anteriormente. Pelas palavras do coordenador Luiz Mario Gazzaneo, o Censo é manchete pela sua própria natureza, mas como afirmou David Wu Tai, esse caráter positivo das notícias foi mesmo fruto do bom trabalho da CGC.

Depois de dois dias de debate, o diretor-executivo Nuno Bittencourt encerrou o Encontro parabenizando os participantes pelo trabalho realizado, dizendo que todos saíram dessa operação mais ricos, preparados para enfrentar novos desafios, mais bem preparados para fazer Censo. Considerou um sucesso muito grande que só será finalizado quando se puder retornar à sociedade todos os resultados concluídos.

E como conclusão desta reportagem, podemos dizer que as opiniões dos chefes das Unidades sobre o Projeto de Avaliação foram semelhantes. De um modo geral, através dessa nova forma de avaliar o Censo 2000, todas as etapas foram analisadas, comentadas, criticadas. Nada ficou de fora, nada deixou de ser registrado.

E a mensagem que fica é: cada Censo é considerado como melhor em muitos aspectos e sempre precede outro, que se pretende ainda melhor.

Da captura à disseminação o caminho das pedras (ou dos dados)

Da coleta até o Centro de Captura de Dados (CCD), os dados pesquisados no Censo 2000 percorreram um curto trajeto, começando pelo posto para onde os questionários foram levados e terminando nas telas dos computadores após serem digitalizados e reconhecidos.

Depois da etapa de verificação, iniciaram sua segunda jornada. Deixaram os computadores dos CCDs e foram enviados ao Centro de Processamento de Dados (CPD) do IBGE.

É no CPD que um terceiro trajeto tem início, incluindo etapas que vão desde a consolidação até a disseminação dos resultados.

Segundo Heleno Mansoldo, coordenador de Informática do Censo 2000, a consolidação visa a checar informações oriundas da coleta, como número de questionários, número de setores e número de pessoas descritas nos questionários, com o que foi capturado no CCD. "Ela verifica se o processo de captura de dados falhou ou não; se ficou faltando algum questionário ou se faltou algum setor a ser recenseado. Nesta fase, eu posso dizer com 100% de certeza se todos os dados coletados que estão no mainframe foram capturados".

O processo é feito separadamente, ou seja, consolida-se os questionários da amostra separado dos questionários básicos. Para depois gerar o universo que é composto das informações contidas nos questionários básicos somadas às informações contidas nos da amostra que correspondem ao básico. "Seria o básico mais o básico que está dentro da amostra, gerado para todos os domicílios do Brasil".

A partir deste momento, os dois tipos de questionário tomam rumos diferentes. O da amostra passa pelo processo de codificação automática assistida que nada mais é que associar um código ao texto-resposta do recenseado. "O que fizemos foi montar um banco de dados com todas as possíveis respostas para cada campo a ser codificado. Ao ser acionado, o banco procura o código correspondente a partir de algumas regras. Se ele encontrar mais de um código, um operador humano é acionado para dizer qual dos códigos é o que deve ser associado".

Após a codificação, os questionários, tanto da amostra como do básico, passam pela crítica e imputação. A crítica é um processo de verificação da resposta de acordo com as regras de preenchimento dos questionários. Heleno dá como

informa ter somente o curso médio ao mesmo tempo que diz exercer a profissão de médico. "Através da crítica, eu concluo que há uma incoerência de acordo com as regras de

crítica definidas pela Diretoria de Pesquisas".

Descoberta a incoerência, imputação ocorre automaticamente e pode ser resumida na correção da informação feita sem precisar voltar ao campo.

"Usamos um software, chamado Detectión Imputación Automatica de Errores para Datos Cualitativos - DIA - desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE), que corrige o dado. Mas é importante que se tenha em mente que o processo de imputação da amostra é mais difícil que o do básico, por conta da complexidade dos dados".

Concluídos os processos de crítica e imputação, os dados imputados dos questionários básicos farão parte de um banco de dados a ser gerado. Dele seguem para a etapa de análise qualitativa realizada por técnicos da Diretoria de Pesquisas (DPE). E só depois de analisados, serão tabulados e disseminados.

Primeira das 32 páginas do questionário da amostra (CD 102). exemplo uma pessoa que

Quanto aos dados imputados dos questionários da amostra, fazem o mesmo circuito, porém antes de serem gerados num banco de dados devem ser expandidos. Heleno explica que nesta fase denominada "expansão da amostra" os dados são processados estatisticamente por um programa de computador que atribui pesos aos questionários da amostra em relação ao todo.

A partir daí, o caminho é o mesmo: carga de banco de dados, análise, tabulação e disseminação. Segundo Heleno, tabular é produzir as tabelas que serão disseminadas em meio impresso, CD-Rom e Internet. "O dado tabulado é o dado final do Censo. Já faz parte da disseminação".

Com a lupa na mão

Tarefa que cabe aos técnicos da Diretoria de Pesquisas e do Comitê do Censo Demográfico 2000, a análise dos dados coletados se divide em duas vertentes principais, segundo Marco Antônio Alexandre, coordenador técnico do Censo 2000. Uma é chamada de análise interna dos processos de apuração, na qual se avalia o dado preenchido no questionário e depois que é capturado. "Nesta vertente, nos interessa avaliar o efeito causado no dado no antes e no depois. Ou seja, depois que o dado passou pela crítica e imputação, é preciso verificar se ainda restam inconsistências. Usando um simples exemplo, uma mulher com 10 anos informa que teve 18 filhos nascidos vivos. Isto seria um erro de consistência".

Resumindo, a análise interna visa a checar se os processos de codificação, no caso dos questionários da amostra, e de crítica não geraram dados distorcidos ou inconsistentes. Ainda nesta vertente, Marco cita a análise da tabulação de dados. Sua finalidade é checar os valores gerados para as tabelas. "Se eu tenho

duas tabelas com números para uma população de 10 anos ou mais, eles têm que ser iguais na mesma unidade geográfica", exemplifica.

A análise externa, também chamada de interpretativa faz parte da segunda vertente. Marco Antônio explica que perpassam questões de quantidade e de qualidade, avaliadas pelo especialista que recebe os dados a serem analisados, segundo regras estabelecidas pela DPE.

Para ele, as análises, tanto interna quanto externa, têm o mesmo grau de importância. "A interna é fundamental porque se oferecemos à sociedade os resultados de um trabalho como o Censo, é preciso estar seguro de que estão corretos e que passaram por processos consistentes. Quanto à externa, é sinal de que é o IBGE que faz a leitura e interpretação das informações pesquisadas, tendo em mente que não pode ser uma análise exaustiva dado a variedade e profundidade dos temas não permitir isto".

O sensível e o robusto

Para Alicia Bercovich, coordenadora do Comitê do Censo Demográfico 2000, a fase de pós-captura dos dados, é a aquela em que sua equipe mais trabalha. Alicia diz que muitas análises devem ser feitas para se checar o que passou e o que não passou pela captura. "Temos uma massa enorme de dados e você tem que dizer o que está certo e o que está errado; tem que verificar se a captura está perfeita; se há algum viés. Devemos verificar o quanto sensíveis são nossos indicadores para um dado capturado. Quanto mais sensível for o indicador, mais você tem que ter cuidado na precisão do dado".

Para dar um exemplo de indicador sensível, Alicia cita a taxa de mortalidade. Este seria um indicador com maior sensibilidade porque varia muito quando há variações nos dados básicos. O oposto seria o dado considerado robusto que, segundo Alicia, "tem menos sensibilidade a pequenas variações do dado básico".

Heleno explica que a consolidação é etapa para se verificar se houve falhas no processo de captura dos dados.



Foto: Álvaro V

A informática a serviço da apuração do Censo 2000

Entrevistado pela **Vou te contar** , Paulo Roberto Ribeiro da Cunha, diretor de Informática do IBGE, fala sobre a atuação da DI no processo de apuração dos dados do Censo 2000 e elege os benefícios proporcionados pelos avanços tecnológicos.

Vou te contar - Como a Diretoria de Informática se preparou para receber os dados oriundos dos Centros de Captura de Dados?

Paulo Roberto - Essa preparação começou junto com o planejamento do Censo, a rigor em 1997, embora ela seja anterior, se considerarmos a experiência acumulada nos outros Censos. O que deveria ser feito para se chegar aos dados deste Censo já havia sido pensado.

Vou te contar - Desde quando a DI vem se preparando para processar as informações do Censo 2000?

Paulo Roberto – Não houve nenhuma preparação ou treinamento a rigor porque as pessoas envolvidas já trabalham há algum tempo no IBGE e por isso conhecem o trabalho. Somente o pessoal dos Centro de Captura de Dados (CCDs) veio de fora e como não conheciam sobre o assunto tiveram que ser treinados.

Vou te contar - Onde começa e termina a participação da DI no processo de apuração dos dados?

Paulo Roberto – Começa no CCD, quando os questionários são lidos. Depois são passados para o meio digital e transmitidos para o mainframe. A informática vai até o fim do processo. Tem um momento em que entrega os dados ao Centro



Paulo Roberto, diretor de Informática, aponta a rapidez da coleta de dados como um dos benefícios que a tecnologia proporcionou.

de Documentação e Disseminação de Informações. Enfim, a DI participa antes, durante e depois.

Vou te contar - Que tipo de profissional é necessário para se trabalhar na fase de apuração dos dados? Profissionais de informática basicamente?

Paulo Roberto – São necessários analistas de sistemas e programadores que atuam principalmente na parte de desenvolvimento da apuração do Censo 2000. Tem também os técnicos da DPE que atuam na apuração. A DI desenvolve o que o pessoal da DPE especifica. Numa certa altura do processo entra também o pessoal do CDDI que atua na disseminação. A DGC também atua quando o assunto são as mapas. O Censo, por natureza, é uma operação conjunta do IBGE.

Vou te contar - Quais os benefícios que as mudanças tecnológicas proporcionaram para a captura e apuração dos dados?

Paulo Roberto – São vários os benefícios. A coleta foi incomparavelmente mais rápida, do mesmo modo que está sendo a apuração. O Censo foi divulgado no mesmo ano em que foi feita a coleta, o que é uma novidade. Além disto, temos a rapidez e a segurança dos dados. Em resumo, hoje sabemos que os dados são mais confiáveis que os de Censos anteriores, por conta da tecnologia.

O bom e o ruim

Imagine uma fábrica de parafusos com um universo de onde é retirada, diariamente, uma amostra e nela verificada a qualidade dos mesmos. Constata-se um grande número de parafusos com defeito, o que significa dizer que a qualidade não é boa. É preciso melhorar o processo de produção para que se diminua o número de parafusos defeituosos. Assim acontece com os dados coletados no Censo 2000.

Com esse exemplo, Antonio José Ribeiro Dias, mais conhecido como Vermelho, gerente de projetos da Gerência de Metodologia em Estatística da DPE, explicou a *Vou te contar* como funciona o controle de qualidade da captura de dados no Censo 2000, ao lado de Sonia Albieri, chefe do Departamento de Metodologia, também da DPE, que gerencia o controle.

Fundamental para a pesquisa censitária, o controle de qualidade contou, no seu planejamento, com a colaboração de um técnico do Departamento de População e Indicadores Sociais (DEPIS), Aristides Lima Green e um consultor da Coordenação Técnica do Censo Demográfico (CTD), Antonio Carlos Fernandes de Menezes. E exclusivamente para a implantação e acompanhamento continuado do processo foi contratado um especialista no assunto, Neimar Guimarães Rodrigues.

Vermelho definiu os objetivos do processo que visa garantir que o dado esteja exatamente igual ao que foi registrado no questionário, para seguir para a fase de crítica. E ressaltou que o controle tem duas fases distintas, denominadas de reconhecimento de campos e verificação.

Na primeira, a finalidade é controlar o trabalho do software que reconhece os campos e caracteres dos questionários escaneados. Ou seja, checa se o reconhecimento feito pelo *software* é falso ou verdadeiro. Se for falso, significa que as letras foram identificadas, mesmo que não dêem sentido à palavra. "O software usado não reconhece a palavra inteira, e sim letra por letra. Se houver uma letra repetida, deixando a palavra sem sentido como, por exemplo, católico escrito com duas letras t, a máquina não vai dizer que há um erro, porque ela reconhece a letra no alfabeto. O que ocorre é um falso reconhecimento".

Para Vermelho, o falso reconhecimento pode prejudicar tanto a qualidade do dado como impactar nas fases futuras da apuração, como a crítica, por exemplo. "Precisamos manter as taxas de reconhecimento falso sempre dentro de limites razoáveis, sabendo que chegar ao zero é impossível".

Quando a máquina não reconhece, seja por problemas de escaneamento, sujeira no papel ou caligrafia estranha, a entrada de dados é feita por digitadores ou verificadores. É aí que começa a fase chamada de verificação. Os questionários com campos não reconhecidos são digitados manualmente.

Os digitadores "reconhecem" o que a máquina não conseguiu reconhecer. O que não quer dizer que eles "reconheçam" corretamente. "Os verificadores podem digitar um caracter errado num campo que não foi reconhecido pela máquina. Se for constatado que um verificador está errando muito, pode ser preciso treiná-lo novamente ou mudá-lo de posição (ou tarefa)", alertou Vermelho.

Definidos os objetivos do controle de qualidade, resta saber de que modo é controlada a qualidade dos dados nos campos reconhecidos e nos não reconhecidos. Segundo ele, tanto no reconhecimento como na verificação são retiradas amostras dos questionários para posterior análise. A diferença é que no primeiro, questionários com campos reconhecidos são selecionados e na segunda, somente os com campos não reconhecidos.

De acordo com Vermelho, diariamente, em cada CCD, foram selecionados 1.215 questionários da amostra e 1.935 do básico para o controle de qualidade.

Sonia explica que o princípio do controle de qualidade é retirar uma amostra e refazer o trabalho usando-se um processo alternativo igualmente confiável. "Podemos usar outro *software* para refazer o trabalho ou os próprios técnicos podem refazê-lo. No caso da fase de reconhecimento, optamos pelos verificadores para refazer o que a máquina fez e na verificação, um humano checa o que outro humano havia feito".

Resumindo, no reconhecimento, a comparação é feita entre o campo reconhecido pelo sistema e o campo digitado manualmente. Se não houver coincidência das informações, é contabilizado um erro de divergência. Mas, segundo Sonia, nem sempre a divergência é causada pelo computador. Ela pode ocorrer devido a um erro do operador (verificador) que atua no controle de qualidade.

Para Vermelho e Sonia, o controle de qualidade dos dados é fundamental para a pesquisa censitária.



Foto: Álvaro Vasconcellos

Já no controle de qualidade da verificação, a comparação é feita entre o campo digitado pelo verificador que fez o "reconhecimento" e o campo digitado por um verificador destacado para refazer o trabalho. Portanto, a divergência é medida entre as duas digitações feitas por dois verificadores diferentes.

Os campos com divergência são encaminhados para os supervisores dos CCDs para que analisem a causa do problema. Todos os erros de divergência em cada amostra são contados e divididos pelo número de campos reconhecidos. "Por exemplo, se são 300 campos reconhecidos e apenas dois erros, então vamos dividir dois por 300 para obter a taxa de erro de reconhecimento".

Implantado em janeiro de 2001, o processo de controle de qualidade envolveu todos os digitadores que trabalharam na etapa de verificação. Vermelho explica que os campos dos questionários selecionados nas amostras do controle podem ser digitados novamente por qualquer verificador.

O supervisor do setor deve ficar atento à rapidez com que estes questionários são processados. "O responsável em cada CCD deve colocar os lotes que contêm os questionários selecionados para a amostra do controle na frente dos demais. E assim serem logo processados, pois se apresentarem algum problema, a providência poderá ser tomada de modo rápido", adiantou Vermelho.

Importante para o acompanhamento e avaliação durante todo o processo de captura de dados, o controle de qualidade permitiu a identificação de problemas e intervenção para ajustes, além de gerar indicadores da qualidade atingida.

Fim da linha

À frente da DPE, Martha Mayer também falou à *Vou te contar* sobre a participação dos seus departamentos na fase pós-captura dos dados coletados no Censo 2000. Elogiou o trabalho integrado que vem sendo realizado por toda equipe e adiantou sobre o que já está na pauta da DPE para os próximos anos.

Vou te contar - Como a DPE se preparou para receber os dados capturados no Censo 2000?

Martha - Quando a gente fala da apuração, a DPE participa principalmente pela Coordenação Técnica do Censo Demográfico. É lá que os técnicos fazem a codificação e a crítica dos dados. Por outro lado, temos departamentos temáticos como o Departamento de População e Indicadores Sociais (DEPIS) e o Departamento de Emprego e Rendimento (DEREN), Comitê 2000, e o Departamento de Metodologia (DEMET) participam também nesta etapa. Na CTD, as inconsistências são limpas para a análise ser feita nas áreas temáticas, como o DEPIS e o DEREN. Os dados são checados para saber se as informações estão de acordo com as estimativas. Eles devem validar os dados antes de serem divulgados, além de preparar os textos analíticos que complementam as tabelas. O DEREN, por exemplo, vai avaliar a população economicamente ativa, a distribuição da população ocupada pelos diversos setores da economia etc. O DEPIS avalia, por exemplo, a parte demográfica, a de habitação e a relativa à educação. Já o Comitê 2000 é um fórum de discussão com pessoas de notório saber ou oriundas de outros departamentos do IBGE que foram convidadas a se integrar porque têm experiência anterior em censos.

Vou te contar - Que tipo de profissional é necessário para trabalhar na parte de análise do Censo? Martha - A atividade Censo é multidisciplinar. E por isso demanda uma equipe multidisciplinar também. Então, temos economistas, demógrafos, sociólogos, e especialistas nas questões de trabalho, saúde, educação, entre outros.

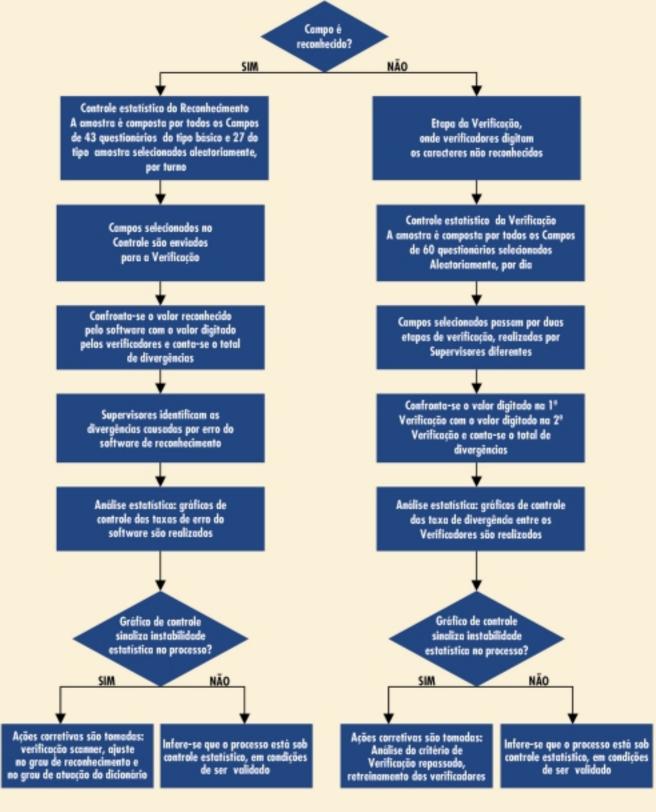
Vou te contar - Compare a DPE de agora com a de dez anos atrás, quando foi feito o Censo.

Martha - Eu creio que no Censo 2000, a DPE trabalhou de forma mais integrada. Em que sentido? Em períodos de escassez, nos tornamos mais criativos e vamos em busca de aumentos de produtividade e eficiência. E de 1991 para 2000, o IBGE perdeu muitos técnicos porque muita gente se aposentou. Eu acho que nós melhoramos no planejamento e também no sentido de aproveitar todas as capacidades da casa. Como temos um quadro reduzido, não poderíamos alocar a inteligência da casa em relação ao Censo na CTD, porque existem outras pesquisas que precisam ser tocadas. Por isso, criamos o Comitê 2000 que é inteiramente novo. Nele, aproveitamos todas as capacidades, integrando o trabalho de melhor forma.

Vou te contar – Em que outros projetos a DPE está envolvida ou os esforços se concentram na apuração dos dados do Censo 2000?

Martha - A produção do IBGE é enorme e as pesquisas têm que cumprir um rígido calendário de divulgação. O nosso grande esforço é dar prioridade ao Censo, que é a prioridade da casa, mantendo as demais atividades. Esse é o equilíbrio que estamos buscando. O Censo tem que acelerar seus trabalhos e ser divulgado, mas as atividades contínuas não podem parar. Hoje, estamos envolvidos no planejamento do Censo Agropecuário que está previsto para ser realizado em 2004, sendo 2003 o ano de referência. O esforço final prioritário é divulgar os dados do Censo, ao mesmo tempo que outras pesquisas vão sendo tocadas.

Controle de Qualidade no Censo Demográfico 2000



Depois dos resultados do universo, será a vez da Tabulação Avançada da Amostra

No Censo de 1980, quem tinha pressa e ansiava pelos resultados da amostra, não precisou esperar muito. Pôde se contentar com uma pequena mostra do que estaria por vir: uma "amostra da amostra". Ou melhor, uma antecipação dos resultados definitivos a partir do conjunto de questionários da amostra, intitulada Tabulação Avançada da Amostra.

Em 1980, a pesquisa foi publicada, saindo de cena no Censo de 1991, pois a previsão era de que os resultados sairiam num curto espaço de tempo e não seria necessário ter a Tabulação Avançada, já que os resultados da amostra viriam logo. Mas diversos problemas enfrentados pelo IBGE atrasaram a apuração e acabou-se também ficando sem a Tabulação Avançada da Amostra.

Agora para o Censo 2000 está tudo em ordem para a divulgação da Tabulação em abril, que representa, na opinião da diretora de Pesquisas do instituto, Martha Mayer, informação com qualidade, disponível em pouquíssimo tempo. "A Tabulação adianta as informações para o usuário. Informações essas que só sairiam no final de 2002 e início de 2003".

Segundo o coordenador técnico do Censo Demográfico, Marco Antonio Alexandre, a Tabulação Avançada da Amostra contém características muito peculiares que lhe conferem um caráter de urgência.

Primeiro, antecipa dados do Censo que só estariam acessíveis

quando os resultados definitivos fossem divulgados. Segundo, em curto espaço de tempo, trará informações desagregadas até o nível geográfico das unidades da federação. E terceiro, os dados não passarão por todos os processos de crítica executados durante a apuração do Censo. "Se fôssemos fazer todos os procedimentos de crítica, verificação etc., teríamos pronto o resultado da própria amostra e a diferença seria simplesmente o tempo que se levaria para trabalhar as tabelas, montar o plano tabular, entre outras ações. A diferença de tempo não justificaria ter uma tabulação avançada e logo depois os resultados finais", explica Marco Antonio.

A publicação conterá informações sobre os temas abordados na amostra: Características Gerais da População; Educação; Migração; Nupcialidade; Fecundidade; Trabalho; Famílias e Domicílios, dispostas sob a forma de tabelas. Algumas estarão acompanhadas de textos analíticos. "Não pretendemos fazer um comentário necessariamente para cada tabela. Temos um grande volume de tabelas e as análises procuram dar uma visão geral de alguns dos principais fenômenos".

Como exemplos de tabela que constarão na Tabulação, Marco Antonio cita a que cruza a população residente por cor ou raça com sexo e grupo de idade. "Nesse caso, pretende-se saber quantas pessoas por grupo de idade e sexo declararam cada uma das cores listadas

no questionário". E explica que cruzar significa combinar informações de uma variável com outra variável. "Sexo, cor e renda são variáveis porque assumem mais de um valor. Chamamos de cruzamento de variáveis juntar duas ou mais em uma tabela de modo que mostrem algum fenômeno".

Outra tabela combinará situação de domicílio (fechado, vago, ocupado etc.) com sexo e grupos de religião. Também haverá uma com informações sobre pessoas que freqüentavam escola por nível de ensino (fundamental, médio, superior etc.), cruzadas com grupos de idade e sexo.

Marco Antonio adianta que no tema Migração haverá uma tabela cruzando lugar de nascimento (o estado em que a pessoa nasceu) e sexo. E o tema Fecundidade conterá tabelas com informações clássicas como, por exemplo, número de filhos tidos, número de mulheres que tiveram filhos e número de filhos nascidos vivos, combinadas com os grupos de idade das mulheres.

Por conter uma série de indicadores pesquisados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente, menos nos anos de Censo, a Tabulação supre para o ano 2000 as informações que ela divulgaria. Segundo Martha Mayer, a pesquisa não chega a substituir a PNAD, mas dá conta pela semelhança entre ambas. "Temos que estar atentos pois as informações do Censo não são

diretamente encadeadas com a PNAD. No entanto, a estrutura de indicadores é muito parecida".

Destinada ao público em geral que está aguardando os resultados do Censo 2000, a Tabulação Avançada da Amostra só não atende quem espera pelas informações municipais, já que o geográfico menor nível desagregado é a unidade da federação. No entanto, Martha adianta que todos podem usufruir dos seus resultados, sem ter que esperar os definitivos da amostra. "O conteúdo da Tabulação pode servir tanto ao governo como à sociedade. Grande parte dos indicadores dos resultados definitivos da amostra vão se alterar muito pouco, portanto os dados da Tabulação podem ser consultados, analisados e utilizados sem problemas. Mas ela não substitui os resultados definitivos da amostra já que cada pesquisa tem o seu papel no sistema global de informações".

Sobre a amostra da amostra

Para se chegar à "amostra da amostra", um árduo trabalho foi realizado, incluindo análises, cálculos e estudos. À frente da tarefa, estavam os técnicos do Departamento de Metodologia do IBGE (DEMET).

Segundo Sonia Albieri, chefe do DEMET, dos 215.811 setores censitários do Censo 2000, 4.407 foram selecionados para fazer parte da amostra da Tabulação Avançada da Amostra. Seleção que foi definida a partir de determinados critérios, examinados a seguir.

Sonia explicou que a amostra considerou três estratos em cada unidade da federação. O primeiro reúne os setores rurais; o segundo, um conjunto de setores urbanos do tipo "aglomerado subnormal", ou

Marco Antonio adianta que a Tabulação Avançada da Amostra trar· informaÁies desagregadas até o nível das Unidades da Federação



simplesmente, favela, e o terceiro, os demais setores urbanos.

Nesses estratos, foram selecionados os setores, chegandose ao número final 4.407. E o tamanho de amostra nos estratos foi determinado proporcionalmente ao número total de setores em cada estrato do Brasil.

Ela adianta que os dados que vão originar as tabelas da Tabulação foram extraídos dos questionários denominados CD102 dos setores selecionados e aplicados a todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra do Censo. "Durante a operação de coleta do Censo foram usados dois tipos de questionário: o CD 101 e o CD 102 que corresponde ao da amostra. No caso da Tabulação, os questionários do segundo tipo fornecem os dados que vão gerar as tabelas", detalhou Sonia.

Deve-se considerar também que a amostra do Censo teve tamanhos variados de acordo com a população do município. Nas cidades com população até 15 mil habitantes, a amostra foi de 20% das unidades domiciliares e nos demais, foi de 10%, Além disso, a amostra é semelhante à da PNAD da década de 90, com as devidas adaptações. Uma delas é o nível geográfico de desagregação da informação já que a PNAD divulga estimativas para as regiões metropolitanas, o que não será o foco da Tabulação que aborda as unidades da federação.

Quanto às variáveis que influenciaram na seleção dos 4.407 setores para compor a amostra da Tabulação, Sonia aponta as relacionadas com a região geográfica de divulgação e estratificação e com o número de setores.

Confira agora alguns números da Tabulação Avançada da Amostra:

que a Tabulação abrange ----- 420.000

UF	Nº total de setores	Nº de setores da Tabulação
Rondônia	1.996	60
Acre	555	51
Amazonas	3.317	106
Roraima	507	51
Pará	6.148	123
Amapá	463	52
Tocantins	1.367	58
Maranhão	6.447	114
Piauí	3.717	97
Ceará	7.965	193
Rio Grande do Norte	2.655	94
Paraíba	4.171	114
Pernambuco	8.558	233
Alagoas	2.610	95
Sergipe	2.222	88
Bahia	15.342	278
Minas Gerais	22.544	356
Espírito Santo	3.228	111
Rio de Janeiro	20.756	294
São Paulo	49.713	430
Paraná	13.060	213
Santa Catarina	6.833	174
Rio Grande do Sul	16.907	320
Mato Grosso do Sul	2.714	120
Mato Grosso	3.377	139
Goiás	5.966	265
Distrito Federal	2.673	178

Próxima atração do Censo 2000

"Uma espécie de avantpremiére da amostra". Foi com essa frase que Luiz Antonio de Oliveira Pinto, chefe do Departamento de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE, definiu a Tabulação Avançada da Amostra.

Em entrevista à Vou te contar, Luiz Antonio resumiu a pesquisa como uma síntese do Censo que vai adiantar os resultados da amostra e falou das várias etapas da pesquisa.

Vou te contar – Qual a participação da equipe de Indicadores Sociais na Tabulação Avançada da Amostra?

Luiz Antonio – A equipe participou da definição do plano tabular e vai participar da divulgação. A Tabulação é uma amostra da amostra do Censo que cobre várias áreas temáticas e diversas delas são de competência de trabalho e estudo da área de indicadores sociais. Portanto, também participamos da discussão da pesquisa em geral, da sua preparação e dos seus instrumentos de divulgação.

Vou te contar – Como você definiria o plano tabular?

Luiz Antonio – Poderíamos dizer que a Tabulação é uma avant-premiére do bloco da amostra e um plano tabular seria a construção de um grupo de tabelas, não muito desagregadas que formam uma imagem dos principais indicadores sociais, demográficos e econômicos que vamos ter mais adiante.

Vou te contar – Quais os indicadores da Tabulação?

Luiz Antonio – Vamos mostrar alguns indicadores demográficos, taxas de mortalidade, de fecundidade, saldos

migratórios dos últimos cinco anos em nível de unidades da federação. Além de informações sobre características educacionais para o conjunto total da população, não mais só do chefe do domicílio, como, por exemplo, anos de estudo, taxas de escolarização e frequência à escola. Vamos ter também informações de domicílio como infra-estrutura domiciliar: dados sobre trabalho e rendimento e características da força de trabalho economicamente ativa. Entretanto, a Tabulação não vai explorar todos os indicadores do Censo, só os mais sintéticos para não haver muita desagregação. Quando divulgarmos os resultados do Censo, aí sim, teremos tudo até o nível municipal.

Vou te contar – Quais os próximos projetos da área de Indicadores Sociais?

Luiz Antonio - Seremos também consumidores da Tabulação, pois a utilizaremos para produzir a Síntese dos Indicadores Sociais, a ser publicada em 2002. Ou seja, a Síntese que sempre fazemos vai sair a partir dos resultados da Tabulação, e não da PNAD, como normalmente acontece. Estamos elaborando três produtos a partir dos resultados do universo do Censo. Um será sobre as tendências demográficas por unidades da federação. Seria uma evolução da situação demográfica no país. Outra é sobre os indicadores sociais municipais, com dados sobre renda do chefe, domicílio etc. E o terceiro será em conjunto com a UNICEF, relativo à população de crianças e adolescentes. São produtos novos em relação à forma que estamos fazendo que é mais sistemática, além de serem comparativos com os dados Censo de 2001. Estes produtos deverão ser lançados entre abril e junho de 2002.

registro

SDDIs atentos às estratégias de divulgação do Censo 2000

Seis dias antes de sair nas primeiras páginas dos principais jornais do país, a publicação Censo Demográfico 2000 - Características da população e dos domicílios - Resultados do Universo foi o motivo principal da reunião com os chefes dos Setores de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE (SDDIs), nos dias 13 e 14 de dezembro, no auditório Teixeira de Freitas, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. Rio de Janeiro.

Na pauta da reunião estavam assuntos como a utilização de

produtos do IBGE em meio eletrônico, a página do instituto na Internet e novos projetos de trabalho, mas o enfoque principal foi mesmo a divulgação à imprensa dos resultados do universo, os primeiros definitivos do Censo 2000, no dia 19 de dezembro.

Para falar sobre as estratégias de divulgação, estiveram presentes o coordenador geral de Comunicação Social do IBGE, Luiz Mario Gazanneo; a coordenadora do Comitê do Censo Demográfico 2000, Alicia Bercovich; o chefe do Departamento de População e Indicadores Sociais

(DEPIS), Luiz Antonio Pinto de Oliveira e o coordenador do técnico do Censo Demográfico, Marco Antonio Alexandre. Além de técnicos do CDDI e da Diretoria de Informática que apresentaram projetos de suas áreas.

Atentos à apresentação, os chefes foram orientados sobre o que os jornalistas esperam saber sobre a publicação – o que ela tem de novo, de interessante e de controverso – além de informações técnicas e úteis sobre os resultados da pesquisa. E retornaram para os seus estados com a certeza de que os dados mais recentes de população para todas as unidades da federação, municípios e bairros, apurados no Censo 2000, teriam repercussão nacional, levando a imagem do IBGE e seu trabalho para toda a população.

Centros de Captura de Dados são avaliados em reunião no Rio de Janeiro

"Uma grande aventura coroada com sucesso." Assim o
diretor-executivo do IBGE, Nuno
Duarte Bittencourt, resumiu a
implantação dos Centros de
Captura de Dados (CCDs) para o
Censo 2000, na reunião de
avaliação com os coordenadores
dos CCDs, no dia 7 de dezembro,
no auditório Teixeira de Freitas, no
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações –
CDDI, no Rio de Janeiro.

A reunião, cujos trabalhos foram mediados pela coordenadora Operacional dos Censos, Maria Vilma Salles Garcia, contou com a presença dos coordenadores gerais e outros técnicos dos cinco CCDs (Rio de Janeiro, Campinas, Campina Grande, Goiânia e Curitiba), além de técnicos da Coordenação Operacional dos Censos (COC) e das Diretorias de Pesquisas (DPE), de Informática (DI) e Executiva (DE).

Os coordenadores e técnicos dos CDDs se reuniram em grupos para discutir aspectos como recursos humanos, infra-estrutura, equipamentos, entre outros. Os grupos tinham pelo menos um representante de cada CCD e avaliaram um determinado tema.

Em seguida, apresentaram os pontos negativos e positivos identificados a fim de debatê-los junto com os técnicos presentes das diretorias.

Dentre os aspectos negativos, foram citados a falta de um treinamento específico para os coordenadores e chefes de

Ao lado de debatedores e relatores dos grupos, Maria Wilma (à direita) mediou os trabalhos na reunião de avaliação dos CCDs.



Foto: Álvaro Vasconcellos

recepção; a ausência de uma pessoa que homogeneizasse e centralizasse as informações sobre o processo de trabalho; problemas com empresa de informática que prestou suporte e defeitos em alguns equipamentos como a máquina saca-grampos.

E como aspectos positivos, foram destacados o bom relacionamento entre os CCDs e a COC e as Divisões Estaduais de Pesquisa (DIPEQs); o compromisso firmado entre os chefes dos CCDs de partilhar experiências via intranet; o cumprimento do cronograma de atividades; o grande apoio dado pela DI e a certeza de que o CDD é um projeto único no qual as cinco unidades se integraram formando uma só.

Além da avaliação dos diversos aspectos ligados ao funcionamento dos CDDs, também foram apresentadas e discutidas propostas para serem implementadas no próximo Censo Demográfico, em 2010.

Para encerrar a reunião. Nuno Bittencourt agradeceu a todos que se dedicaram ao projeto CCD e ressaltou o profissionalismo e a qualidade do trabalho das equipes que atuaram nos centros como razões do sucesso.

Experiência brasileira contribui para o censo chileno

O IBGE recebeu a visita de uma delegação do Instituto Nacional de Estadísticas (INE) do Chile, em outubro de 2001. O diretor nacional do instituto, Maximo Aguilera Reyes, a diretora de Finanças, Arlette Rojas, e o diretor de Informática, Alejandro Sabaj, visitaram diversas áreas do IBGE, com o objetivo de aprender com a experiência recente do Censo 2000, tendo em vista que o INE estará realizando o censo chileno em 2002.

Primeiramente, a delegação foi recebida na sede do IBGE pelo presidente Sérgio Besserman Vianna. A segunda etapa da visita se deu na Diretoria de Pesquisas e, por fim, estiveram visitando o Centro de Captura de Dados -CCD em Parada de Lucas. Como ressaltou o diretor de Informática Alejandro Sabaj, embora não seja o INE que realiza a etapa de captura no censo do Chile (ela é feita por uma empresa especializada contratada), conhecer a experiência do IBGE é o que mais interessa nesse intercâmbio com o censo brasileiro. O diretor do INE. Maximo Aguilera, lembrou que a troca de experiências com o Brasil vem sendo feita regularmente desde 1997, pela iniciativa em comum desses dois países, juntamente com Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, de montar a comparabilidade entre seus censos.

O Chile, que tem população estimada em cerca de 15 milhões de habitantes, fará o recenseamento em apenas um dia - 24 de abril é a data marcada para a realização do Censo 2002, que será o XVIII Censo Nacional de População e VI de Domicílios. Para a operação estão sendo capacitados 370 mil recenseadores, todos trabalhando em regime voluntário.



Em visita ao IBGE, Alejandro Sabaj (E), Arlette Rojas (C) e Máximo Aguillera (D) conheceram de perto um pouco mais sobre o Censo 2000.

censo em foco



Alicia Bercovich, coordenadora do Comitê 2000, diz que a ótica das reuniões é a da major eficiência.

A séria informalidade do Comitê 2000

As reuniões do Comitê do Censo Demográfico 2000 da Diretoria de Pesquisas (DPE) do IBGE são a maior prova de que ninguém precisa ser muito formal para atuar com seriedade e competência. Ambas – seriedade e competência – são confirmadas com os resultados apresentados após trabalho e dedicação.

Isto certamente se tornaria claro para qualquer pessoa que tivesse assistido à reunião do Comitê 2000, no dia 15 de janeiro de 2002, no segundo andar do prédio do IBGE, na Avenida Chile, centro do Rio de Janeiro. Em meio a um clima de descontração, o que se vê na verdade é um profundo respeito às opiniões contrárias ou pontos de vista divergentes.

Alicia Bercovich, coordenadora do Comitê 2000, confirma isso: "uma discussão no Comitê só termina quando todos os membros acabam convencidos de que aquela decisão é a mais acertada e isto não acontece necessariamente na primeira reunião. Às vezes, são necessárias três, quatro reuniões ou deixar o tempo passar, para que o tema se assente, mas sempre, sempre de comum acordo".

Como bem disse a secretária do Comitê, Aída Laura Ferreira de Souza: "Até tem uma confusão na reunião, que para uns pode parecer bagunça, mas não é bagunça, não. É que ela está numa coordenação efetiva, por estilo. E isso foi ao longo do processo. Houve momentos

mais complexos, outros mais fáceis. Depende sempre do momento que se vive o Censo. Época de prazo mais apertado, por exemplo, a discussão é mais acirrada."

O Comitê foi criado em 1997 e é formado por chefes das áreas de população, emprego e rendimento, pelo coordenador técnico do Censo, pelo diretor e diretor adjunto da DPE, além de vários técnicos e especialistas das áreas demográfica, socioeconômica e de informática. E outra característica sua é a descentralização. Percebe-se que no Comitê nada é imposto, nada é de cima para baixo. Talvez por ser, como nos falou o chefe do Departamento de População de Indicadores Sociais e um dos integrantes do Comitê, Luiz Antonio

Pinto de Oliveira, "um instrumento agregador dentro da Diretoria de Pesquisas, que reúne vários departamentos e áreas temáticas, dentro da própria DPE", vindo daí "o papel fundamental que tem na definição das grandes linhas do Censo".

E é justo daí, dessa agregação aliada às metas do Censo, que resulta a marca do Comitê 2000 de responsabilidade e comprometimento. Não é para menos. A realização de um Censo demográfico a cada dez anos, com todas as metodologias empregadas em uma pesquisa desse porte, suas estatísticas e variáveis, requer cuidados que vão além do como fazer institucional para que a operação chegue ao fim sem maiores problemas. Esses cuidados ultrapassam a instituição e chegam ao que se costuma chamar de espírito do tempo.

A sociedade muda e junto com ela também o Censo ou, pelo menos, sua forma de pesquisar, a estrutura das perguntas etc. Naturalmente que mudanças numa megaoperação censitária não podem ser efetuadas, assim, num primeiro impulso. Pesquisas e testes devem ser feitos, analisados, discutidos, para que, uma vez aceitas e introduzidas as alterações, só façam acrescentar e otimizar os trabalhos.

Como diz Alicia, são "as exigências da nova sociedade" que fazem com que "perguntas novas, que a gente tem interesse atualmente, talvez 20, 30, 40 anos atrás não tivesse tanto interesse". Uma questão que há 20 anos não teria a menor importância, por exemplo, é a migração pendular, pessoas que moram num município e trabalham em outro ou residem num país e ganham seu sustento em outro, os movimentos pen-

dulares em países ou municípios limítrofes.

A inserção de novas metodologias no Censo é uma das preocupações do Comitê, que tem o objetivo de propor, apreciar e decidir sobre as questões referentes ao Censo, como conteúdo de questionários, conceitos e metodologias de pesquisa etc.

"Porque você imagina um Censo Demográfico" - continua Luiz Antonio – "um Censo tem uma expectativa muito grande no país, não é? Então, quando se fala que vai fazer um Censo, entidades, instituições, pesquisadores, academia, universidades, todo mundo, organizações governamentais, instituições internacionais querem botar uma colherzinha, colocar um assunto, uma questão... vários assuntos que, em geral, não é uma questão só, acaba se desdobrando em vários quesitos

Membros do Comitê do Censo Demográfico 2000

Maria Martha Malard Mayer	Diretora de Pesquisas
Zélia Bianchini	Diretora Adjunta de Pesquisas
Alicia Bercovich	Comitê do Censo Demográfico 2000
Marco Antonio Alexandre	Coordenação Técnica do Censo Demográfico
Laura Baridó	Coordenação Técnica do Censo Demográfico
Angela Jorge	Departamento de Emprego e Rendimento
Vandeli dos Santos Guerra	Departamento de Emprego e Rendimento
Luiz Antonio Pinto de Oliveira	Departamento de População e Indicadores Sociais
Nilza de Oliveira Martins Pereira	Departamento de População e Indicadores Sociais
Tereza Cristina Nascimento Araújo	Departamento de População e Indicadores Sociais
Sonia Albieri	Departamento de Metodologia
Ari Silva	Departamento de Metodologia
Pedro Luís do Nascimento Silva	Departamento de Metodologia
Eliane Aparecida de Araújo Xavier	Comitê do Censo Demográfico 2000
Antonio Carlos Simões Florido	Departamento de Agropecuária

e que se deixar vira um almanaque. Então, o Comitê tem este papel depurador, de filtrar, ele é um escutador".

Segundo Alicia Bercovich, no Comitê nada é compartimentado ou estanque e a ótica empregada é a da maior eficiência. Isto significa que, independente de alguém ser especialista nesta ou naquela área, o que de fato importa é o resultado final, então "o especialista ao tema é aquele que faz melhor", afirma.

Esclarece melhor como as coisas funcionam, exemplificando com o plano de crítica: "é cada vez mais integral. Então, a gente chamou especialistas na área de rendimentos para expor a eles como é o nosso plano de crítica para rendimento e eles concordaram, mas a gente discutiu com eles. E depois a gente fez uma visita ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, em Minas, fez uma reunião com o pessoal da Universidade de Campinas também, para apresentar os planos de crítica, então nesse sentido acho que a gente cresceu muito, nós crescemos juntos no Comitê, eu aprendi muito".

Luiz Antonio explica que as áreas contribuíram de maneira desigual, conforme o seu conhecimento, sua experiência do assunto e que a Coordenação Técnica teve um papel importantíssimo, por conta de sua memória do trabalho, da formação de conceitos, da condição dos questionários, como fazer as perguntas, deixando todas elas definidas.

Questões relacionadas à forma de perguntar, inclusive, geraram, conforme salienta Aída, "discussões incríveis, aquela questão de raça do Comitê foi fantástica, população indígena e outras."

Aída fala ainda com entusiasmo dessa experiência em relação à heterogeneidade nas reuniões: "Olha, eu achei uma experiência muito rica essa. Dos anos todos de IBGE, eu não vivi um momento tão rico, em que diversas pessoas, de todos os departamentos da DPE, se reuniram e cada uma levantou o seu ponto de vista e contribuiu de alguma forma, achei isso muito bom para o Censo. Porque cada um vinha com a sua bagagem, todos com uma grande bagagem".

No Projeto Censo Comum do Mercosul, por exemplo, a atividade do Comitê foi intensa, ao coordenar as relações com os países do bloco. Porque, segundo Alicia, "teria que haver um sistema de informações totalmente harmonizadas entre os seis países, não só os quatro do Mercosul, como também Bolívia e Chile. E nós agimos no sentido de conseguir que os países viessem a ter certa forma de perguntar que fosse compatível com a equivalente no Brasil", explica.

No seu intercâmbio com o Mercosul para levar a cabo o projeto, o Comitê conseguiu um sistema de classificação compatível, graças aos vários grupos de trabalho que foram criados para discuti-lo e finalmente executá-lo. Alicia comenta sobre eles: "Um grupo foi na área de classificações, porque sabíamos que precisávamos de sistemas compatíveis. O outro foi na parte do desenho conceitual, de como se formulava questões do Censo, e um outro de informática, porque tinha a ver com a criação de um banco de dados único, de modo que se pudesse realmente comparar as informações".

A experiência acumulada sobre Censos no mundo inteiro, sem contar a própria experiência do IBGE, influi nas decisões tomadas pelo Comitê, suas reflexões sobre possíveis inovações, uma vez que "para definir os questionários é complexo, então por um lado você tem as recomendações internacionais que a Organização das Nações Unidas - ONU produz, o compromisso com o Mercosul de informações compatíveis" ou seja, uma série de vivências internas e externas que não podem ser ignoradas e daí a importância do intercâmbio com a ONU, a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), EUROSTAT (The Statistical Office of the European Communities), por exemplo, e com institutos de estatísticas de outros países.

Não é à toa o Comitê se reunir toda semana, toda terça-feira mais precisamente. Esse pequeno intervalo entre uma reunião e outra se deve ao fato de que todas as decisões relativas ao Censo 2000 são tomadas pelos seus integrantes. "Então nós nos reunimos semanalmente e tomamos todas as decisões", finaliza Alicia.

ponto de vista



Os resultados do Censo Demográfico 2000 deverão constituir um excepcional ponto de referência para avaliações profundamente detalhadas e minuciosas sobre o atual estágio de evolução demográfica e socioeconômica do país.

Dentre os principais campos de investigação que poderão ser desencadeados por esta divulgação situa-se a questão das estimativas municipais de população para a primeira década do século XXI.

No Brasil, por força constitucional e por legislação específica, vários programas de repasses de fundos públicos, constitucionais ou não, que contemplam as obrigações do pacto federativo ou a implementação de políticas sociais, têm, no efetivo populacional dos municípios e dos estados, a dimensão e o parâmetro da população alvo. Seja em relação à distribuição do Fundo de Participação Estadual (FPE) e do Fundo de Participação Municipal (FPM) ou em relação a vários

O Censo 2000 e as estimativas populacionais

programas nas áreas de educação, saúde e assistência social, onde determinados grupos etários ou de gênero constituem a população alvo (usuários em potencial). O acompanhamento das estimativas populacionais em nível municipal vem se tornando, a cada ano, uma atividade de suporte essencial para as políticas fundamentais de caráter universal em nosso país.

O Departamento de População e Indicadores Sociais (DEPIS) da Diretoria de Pesquisas do IBGE utiliza anualmente uma metodologia de elaboração das projeções e estimativas inteiramente coerente com as recomendações internacionais no campo da demografia. Contudo, tendo em vista a impossibilidade concreta de se produzir estimativas anuais diretas para os 5.561 municípios brasileiros (devido à sub-enumeração do registro de eventos vitais e à inexistência de cadastros migratórios municipais) o IBGE necessita das informações periódicas do Censo Demográfico para a atualização dos parâmetros e tendências da evolução populacional pelos municípios.

Nesse sentido, o IBGE realizou uma Contagem Populacional no meio da década, com o objetivo principal de atualizar a enumeração da população e estabelecer as novas tendências de crescimento estadual e municipal a serem incorporadas na metodologia de estimativa populacional. A realização de uma nova Contagem Populacional em 2005, em função desses mes-

mos objetivos, é uma decisão que o IBGE avaliará proximamente.

Voltando aos resultados do Censo 2000, o DEPIS já realizou uma estimativa municipal para 2001, que foi publicada no Diário Oficial em 31/08/2001 e enviada ao Tribunal de Contas da União (TCU), que elabora os cálculos para a distribuição dos municípios pelas alíquotas por ele fixadas para a distribuição dos fundos municipais.

Além disso, o DEPIS produziu um esforço inicial de revisão das projeções populacionais para o Brasil, tendo em vista os resultados observados no Censo 2000. Para 1º de julho de 2001, foi estimado que a população brasileira seria de 172.385.826 pessoas e que a taxa de crescimento geométrico anual da população no período 2000-2001 alcançaria 1,32%. O horizonte dessa projeção preliminar seria o ano de 2010, quando a população alcançaria um total de 192.040.996 pessoas, com uma taxa de crescimento anual de 1,08% no último ano do período. As estimativas estaduais e municipais são metodologicamente derivadas dessa projeção preliminar, a qual, como ressaltado, incorporou as novas tendências reveladas pelos resultados do Censo Demográfico 2000.

Luiz Antonio Pinto de Oliveira

Chefe do Departamento de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE



quase seis milhões de jovens entre 15 e 24 anos desde o último Cen população tem até 24 anos, uma alta de dois anos e nove meses desde 9

casas recebem água pela rede geral, contra 77,8% em todo o país. O mu-

nicípio está entre os quatro de pior desempenho do estado. Perde apenas para Rio das Ostras (3,9%), Ma-

ricá (21,5%) e Saquarema (21,9%). Em

São Francisco, só 35% das residências têm coleta de livo de forma

> 3,01 3.64 Nordeste 5,06 5,85 Sudeste 5,14 6,37 4.97 Centro-Oeste

690 530

Proporção de habitantes com 65 anos ou mais (em%

2000



	1991	2000	Variação %
	7.5	8,2	9,33
Distrito Federal	6.5	7.1	9,23
Rio de Janeiro	5,8	6,8	INSTRUM 17,24
São Paulo	5,5	6,4	16,36
Rio Grande do Sul	5,4	6,3	16,67
Santa Catarina	4.8	6,0	25,00
Amapa	4,9	6,0	22,45
Paraná	4.3	5,7	REPORT OF 32,56
Roraima Espirito Santo	4,8	5,7	18,75
Mato Grosso do Sul	4.8	5,7	18,75
Amazonas	4.4	5,5	25,00

sas morrem, cai a taxa de analfa-betismo", diz Simen Schwartz-man, especialista em educação e ex-presidente do iBGE. Outra tendência confirmada pelo censo é a melhoria na escola-tidade dos mulheros que alondo Pela primeira vez desde que o IBGE começou a medir a taxa de alfabetização da população, ceitto número absoluto de brasileiros com mais de 15 anes analásbetos. Em 1991, eles eram19, 233,738. No ano passado, 16,294,889.

Os resultados do Censa 2000 confirmam tendência já esperada de queda também na taxa de analásbetismo. Em 1991, a porcentagem de analfabetos era de 20,07%

Pela primeira vez desde que o

peio censo e a memoria na escola-ridade das mulheres em relação aos homens. As taxas de analfabe tismo no grupo entre 10 e 14 anos entre mulheres são menores do

entre mulheres são menores do que entre os homens, situação que só se inverte na população acima de 40 anos de idade. Para o coordenador de publica-coes da Unesoo (Organização das-Nações Unidas para a Educação, Cância e Cultura) no Brasil, Célio da Cunha, a queda concentrada Ciència e Cultura) no Brusil, Célio da Cunha, a queda concentrada principalmente na fatxa etária de 10 a 14 anos é reflezo da prioridade que foi dada pelo governo federal ao ensino fundamental (de 7 a 14 anos) na última década. Schwartzman ressalta que "para a população adulta, não houve, na década, uma política massificada de alfabetizar os que já abandona.

de alfabetizar os que já abandona-

de alfabetizar os que já abancona-ram aescola".

Para Maria Clara di Pierro, coordenadora de políticas de edu-cação de adultos da ONG Ação equiem do esperado.

**A taxa está melhorando apenas num ritmo demográfico, que acompanha o envelhecimento da população. Não se conseguiu cumprir a meta

de queta fambem na taxa de attalfabetismo. Em 1991, a porcentagem de analibateos era de 20,07%
na população acima de 15 antes e
cuiupara 13,63% em 2000.

de analfabetismo na população
com dez anos ou mais, mais ussada
na comparação entre os censos do
que a taxa dos que têm mais de 15
anos, empregada em comparações internacionais.

A queda do analfabetismo na
população coru dez anos ou mais
toi maior na década passada do
que na de 80. Os censos foram
realizados em 1960, 1991 e 2000.

Em 1980, 25,5% dos brasileiros
com dez anos ou mais não sabiam
ler nem escrever. Essa porcentagem caitu para 19,7% em 1991 (5,8
pontos percentuais a mais, le na
12,8% em 2000. gem cant para 19, se em 1991 (190 pontos percentuais a mais), e para 12,8% em 2000, uma redução de 6,9 pontos percentuais. A queda nessa taxa é explicada principalmente pelo aumento da sifal-atiracia, en Centro-Oeste foi a região que de contro-Oeste foi a região que de control Metade dos oito milhões de

"Muitas das mudanças ocorridas no Brasil são, de fato, tendências de longo prazo que vêm ocorrendo em

1950-60 3,34% 1960-70 3,47% 1950-60 2,08% 1960-70 2,40% 1950-60 3,06% 1960-70 2,67% 1950-60 **4,07%** 1960-70 **3,45%**

TAXA I

"Apesar da instabilidade do crescimento econômico brasileiro, é reconfortante

constatar que a ceu cerca d

> % entre 1991 2000"

No Maranhão.

odo o mundo"

salário médio nem mínimo é

piexo do Alemão, com R\$ 403.7— Aqui falta tudo. Estamos rando ansiosamente por mud Nos últimos anos, as autorida aparecem por aqui na hora da e- diz Paulo Roberto Fernand Associação de Moradores de Asegundo o Censo, as áreas dade com menor índice de pc com mais de dez anos aflabet ou são favelas ou estão na Cente. Os destaques negativo Grumari, com 72.1% da pop alfabetizada; Rocinha, com 8 Vargem Pequena, com 83.2%. Renda média sobe mas 55,3% das famílias vivem com menos de um salário

aliabetizada; kocinna, com e Vargem Pequena, com 83,2%... secretária municipal de Educação, nia Mograbi, a Zona Oeste é a grar prioridade para os próximos anos — Temos conseguido resultate bastante significativos, mas a i

Zumbi tem o melhor saneamento

pliação de oportunidades ne gião é fundamental.

Na proporção de pessoas com mais de dez anos alfabetizadas no estado, o Rio fica atrás de Niteról e Nilópolis, com 95,8%. A cidade é a segunda no estado em média de anos de estudo dos cheles de familia, com 84, fiscando também atrás de Niteról.

Na proporção de residências com acesso a saneamento, uma surpresa. Em vez de barros da Zona Sul, Zumbi, na Ilha do Governador, é o lider, com 100%. Depois, estão a Gávea, com 99,9%. O secretário estadual de Saneamento e Recursos Hóricios, Luis Henrique Lima, destaca os investimentos do programa de despoluição da Baía de Guanabara como a principal causa de melhorias na Ilha. Entre os piores no saneamento, estão Camorim, em Jacarepaguá, com 15,6% de residências dos destados de seguito, Grumari, com Grande, com 50,26%.

Num Rio de contrastes, Joá tem renda 15 vezes maior que Acari Nos bairros nobres, renda chega a R\$ 5.704; nos pobres, a R\$ 378 ovos números, antigos con-trastes. Assim como apontou o "Relatório de desenvolvi-mento humano", elaborado pela ONU, pela prefeitura e pelo ipea, os dados do Censo 2000 do IBGE. pela ONU, pela prefeitura e pelo ipea, os dados do Censo 2000 do 18GE mostram que o carioca vive em uma cidade marcada pela desigualdade social. Enquanto a renda média mensal de um chefe de familla nos dez bairros mais ricos fica entre R\$ 3.253,05 e R\$ 5.704,73 (no 164), nos dez mais pobres oscila entre R\$ 378,92 (em Arar) e R\$ 491,34. A renda do Joá chega a ser quinze vezes maior que a de Acari. Os moradores da Lagoa, que ja podiam se orgulhar de ter o melhor Indice de Desenvolvimento Humano (IBH) do município, tiveram confirmada sua condição de privilegiados. O bairro só perde para o Joá na lista dos mais ricos, com a segunda maior renda média da cidade (R\$ 5.567.86) e tem o melhor índice de população com mais de 10 anos alfabetizada: 98,4%, lá as residências com acesso a saneamento somam 99,9% do total. — E um higar agradável, tranquilo, com boas opções de lazer. Não pretenda más, sair daqui — afirma a acosto estada estada estada com a seconda da sua como com más sair daqui — afirma a acosto estada estada

Mais tempo de carteira nas escolas do Rio

A inda que a passos lentos, na última década, a educação melhorou no Estado do Rio, segundo os dados do Censo 2000 do IBGE. A média de anos de 2000 do IBGE. A média de anos de estudo dos responsáveis pelo domicífilo com mais de dez anos de idade subiu de 6,5. em 1991, para 7,1, no ano passado, mantendo o estado em terceiro ingar no país. A porcentagem de pessoas alfabetizadas com mais de dez anos também melhorou de 90,7% para 93,7%.

O coordenador-geral do Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (Sepe). Segio Aurnheimer, vé os números com cautela. Ele diz que a faita de investimentos dos governos mu-

meros com canteia, ne diz que a rana de investimentos dos governos mu-nicipais e estadual impediu um me-lhor desempenho na última década: — Se os governos gastassem os 35% do orçamento que deveriam no ensino, os resultados sefiam bem

Segundo Aurnheimer, ainda há no estado uma grande carência de vagas na rede pública.

na rede pública.

— A melhora se deu principalmente por causa do esforço dos professores — diz.

Para a secretária municipal de Educação do Rio, Sónia Mograbi, os números de alfabetização são os mais
estraficativa.

meros de altabetização são os mais significativos.

— Foi um crescimento băstante positivo, que deve ser superado nos próximos anos com mais investimen-tos — comenta.

tos — comenta.

No estado, o grande destaque ficou por conta de Niteról. A cidade lidera o ranking de municípios com maior média de anos de estudo dos responsáveis, com 9.7, e também está na frente na lista de indice de alfabetização, com 96.6%.

Para o presidente da Fundação Manicipal de Educação de Niteról, Artur Rosa, o segredo do sucesso está na gestão rápida de problemas e no treinamento continuado dos professores:

— O nosso piso salarial é o se-

namento continuado dos professores:

— O nosso piso salaria é o segundo do Brasil, só perdendo para
Porto Alegre. Toda semana, os profissionais têm pelo menos duas horas
de aula para se atualizar.

Nas 62 escolas da rede, como a
Mestre Fininho, em Barreto, a informática já faz parte do dia-a-dia dos
alunos. Na alfabetização, eles reproduzem palavaras que vêem na tela do
computador juntando letras equipadas com sensores eletrônicos. (Ruben Berta)

POPULAÇÃO COM MAIS DE 10 ANOS ALFABETIZADA (EM%) O CINCO MAIS Lagoa e Flamengo 98,4 Barra da Tijuca 98.1 Moneró Jardim Guanabara: Humaitá e Méier 97,9 97,8 O CINCO MENOS Maré 85,1 Complexo do Alemão

RESIDÊNCIAS COM ACESSO A SANEAMENTO* (EM %) O CINCO MAIS

O CINCO MENOS



do IBGE revela que o Brasil está melhor, mas a desigualdade social ainda existe. Nesta

POPULAÇÃO ENVELHECE

Relação idoso/criança (número de idosos por gru

Média de anos de estudo no estado subiu de 6,5 Cidade Universitária 60,4 para 7,1 em dez anos

nstituto Brasileiro de Geografia e Estatístic

tendo mais sair daqui — afirma a bancária Maria Luiza Villela, que mo

Acari é o bairro com

menor renda média

Se na Lagoa tudo são flores, em Acari, não há motivo para festa. O bairro, que tem uma população de mais de 70 mil pessoas, é o último

Barra de Guaratiba 59, Vargem Grande 50,2f Grumari 24 Camorim 15,67